

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Básica

Conselho Escolar como espaço de formação humana: círculo de cultura e qualidade da educação

Brasília - DF
Junho de 2006

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação

Fernando Haddad

Secretário-Executivo

José Henrique Paim Fernandes

Secretário de Educação Básica

Francisco das Chagas Fernandes



Programa Nacional
de Fortalecimento dos

Conselhos Escolares

**Conselho Escolar como espaço de
formação humana: círculo de cultura
e qualidade da educação**



**Diretor do Departamento de Articulação e Desenvolvimento
dos Sistemas de Ensino**
Horácio Francisco dos Reis Filho

**Coordenador-Geral de Articulação e Fortalecimento Institucional
dos Sistemas de Ensino**
Arlindo Cavalcanti de Queiroz

**Coordenador Técnico do Programa Nacional de Fortalecimento
dos Conselhos Escolares**
José Roberto Ribeiro Junior

Apoio Técnico-Pedagógico
Fátima Maria Magalhães Belfort
Catarina de Almeida Santos

Apoio
Ane Carla da Costa Santos
Lorena Lins Damasceno

Elaboração
Lauro Carlos Wittmann
Igneiz Pinto Navarro
Luiz Fernandes Dourado
Márcia Ângela da Silva Aguiar
Regina Vinhaes Gracindo

Capa, projeto gráfico e editoração
Fernando Horta

Ilustração
Rogério M. de Almeida

Revisão
Compográfica – Versal Artes Gráficas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Conselho Escolar como espaço de formação humana : círculo de cultura e qualidade da educação / elaboração Lauro Carlos Wittmann... [et. al.]. –Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.
79 p. : il. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares ; 6)

1. Conselho escolar. 2. Círculo de Educação e Cultura. I. Witmann, Lauro Carlos. II. Brasil. Secretaria de Educação Básica.

CDU 37.014.67

Sumário

APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO	
PRIMEIRA PARTE	
IMPORTÂNCIA E SENTIDO DA FORMAÇÃO	18
1 - O Conselheiro Escolar e a construção da democracia e da cidadania.	21
2 - A formação do Conselho Escolar	27
3 - Círculo de Cultura: espaço democrático e cidadão de formação dos Con.....	
SEGUNDA PARTE	
O PROCESSO DE FORMAÇÃO	45
1 - Problemática: diagnóstico e investigação	47
2 - Tematização: reflexão e estudo	58
3 - Intervenção: programação e prática	67
CONCLUSÃO	
REFERÊNCIAS	

Apresentação

“Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós, que é o de assumir esse país democraticamente.”

Paulo Freire

A Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, por meio da Coordenação-Geral de Articulação e Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino do Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino, vem desenvolvendo ações no sentido de implementar o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares.

Esse Programa atuará em regime de colaboração com os sistemas de ensino, visando fomentar a implantação e o fortalecimento de Conselhos Escolares nas escolas públicas de educação básica.

O Programa conta com a participação de organismos nacionais e internacionais em um Grupo de Trabalho constituído para discutir, analisar e propor medidas para sua implementação.

Participam do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares:

- Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed)
- União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime)

- Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)
- Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef)
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco)
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

O material didático-pedagógico do Programa é composto de um caderno denominado Conselhos Escolares: Uma estratégia de gestão democrática da educação pública, que é destinado aos dirigentes e técnicos das secretarias municipais e estaduais de educação, e onze cadernos destinados aos conselheiros escolares, sendo:

- **Caderno 1** – Conselhos Escolares: Democratização da escola e construção da cidadania
- **Caderno 2** – Conselho Escolar e a aprendizagem na escola
- **Caderno 3** – Conselho Escolar e o respeito e a valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade
- **Caderno 4** – Conselho Escolar e o aproveitamento significativo do tempo pedagógico
- **Caderno 5** – Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor
- **Caderno 6** – Conselho Escolar como espaço de formação humana: círculo de cultura e qualidade da educação
- **Caderno 7** – Conselho Escolar e o financiamento da educação no Brasil
- **Caderno 8** – Conselho Escolar e a valorização dos trabalhadores em educação
- **Caderno 9** – Conselho Escolar e a educação do campo
- **Caderno 10** – Conselho Escolar e a relação entre a escola e o desenvolvimento com igualdade social
- **Caderno de Consulta** – Indicadores da qualidade na educação

Este é um dos cadernos, e pretende, assim como os demais, servir de subsídio às secretarias estaduais e municipais de educação na realização de capacitações

de conselheiros escolares, seja por meio de cursos presenciais ou a distância. É objetivo também do material estimular o debate entre os próprios membros do Conselho Escolar sobre o importante papel desse colegiado na implantação da gestão democrática na escola.

O material didático-pedagógico não deve ser entendido como um modelo que o Ministério da Educação propõe aos sistemas de ensino, mas, sim, como uma contribuição ao debate e ao aprofundamento do princípio constitucional da gestão democrática da educação.

Vale ressaltar que não é propósito deste material esgotar a discussão sobre o tema; muito pelo contrário, pretende-se dar início ao debate sobre essa questão, principalmente tendo como foco o importante papel do Conselho Escolar.

Muitos desafios estão por vir, mas com certeza este é um importante passo para garantir a efetiva participação das comunidades escolar e local na gestão das escolas, contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade social da educação ofertada para todos.

Ministério da Educação

Introdução

A formação continuada dos Conselheiros Escolares se funda na complexidade de sua atuação e nos desafios que a educação escolar e sua gestão enfrentam.

Por que formação continuada dos Conselheiros e como realizá-la?

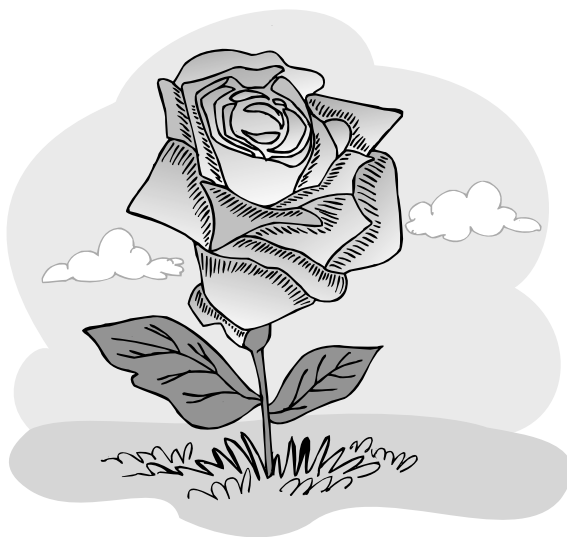


a) A educação e seus desafios

As pessoas se educam no cotidiano de suas vidas, em sociedade. É pela educação nas relações sociais que nós nos tornamos quem somos. Este processo de produção de nossa existência é a educação no sentido amplo. Além desta educação continuada na história de suas vidas, as pessoas necessitam de intervenções educativas. Essas intervenções constituem a educação no sentido estrito como prática social intencional para a formação das pessoas.

Todas as pessoas têm direito subjetivo à educação de qualidade socialmente referen-

ciada. A este direito corresponde a obrigação da oferta de condições objetivas para que cada cidadão se construa autônomo, livre e responsável. Tal dever é do Estado, da família e da sociedade como um todo. Portanto, todos os cidadãos e cidadãs têm o direito e o dever de contribuir para ampliar e garantir a qualidade da prática educativa escolar e a inclusão universal. ‘A qualidade da educação e a inclusão universal’ são entendidas como qualidade da educação socialmente referenciada como tratadas no material pedagógico-didático, como nos cadernos do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares¹. Ela é socialmente referenciada quando beneficia a todos e não promove alguns e discrimina a maioria. Não é uma qualidade que se aplica à educação como se aplica tinta para dar cor a um carro. Mas é uma qualidade intrínseca ao processo educativo, como a cor de uma rosa. Não se trata, portanto, de ‘qualidade total aplicada à educação’, mas da qualidade interior ao processo educativo para todos.



¹ O Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, iniciado em 2004, é um programa da Coordenadoria de Apoio e Fortalecimento dos Sistemas de Ensino, da Secretaria de Educação Básica, do Ministério da Educação – MEC/SEB/CAFISE. Este Programa visa ampliar e apoiar o caráter público e coletivo da responsabilidade do Estado e da sociedade civil pela oferta de uma educação universal, pública, gratuita e de qualidade social.

Nesta perspectiva, o trabalho educativo transcende a perspectiva do mercado e está vinculado à emancipação humana, à democratização ampla da sociedade e à universalização das condições objetivas de educação. Esta concepção se opõe ao sistema dual vigente, que divide as pessoas em dois processos diferentes: uma minoria é preparada para ser 'dirigente' ou dominante e a maioria, para ser 'dirigida' ou dominada. Esta divisão se funda na divisão da sociedade em classes ou grupos fundamentais. Este sistema é excludente, porque é de 'qualidade' para promover a minoria e, ao mesmo tempo, nega a educação para a maioria, pela falta de condições reais para o sucesso no sistema capitalista. A maioria é excluída pelo não acesso, pela retenção e pela aprendizagem não significativa. Importa ultrapassar este sistema de educação e de sociedade. Uma educação de qualidade social ou socialmente referenciada opõe-se a esta e a qualquer discriminação ou exclusão. Por isso, uma educação de qualidade social é, também, de inclusão social.

Importa, pois, construir uma educação de qualidade e de inclusão social, oferecendo condições reais de educação, com acesso universal efetivo, garantindo a permanência e a promoção de todos num processo de aprendizagem significativa. Uma educação comprometida com a emancipação humana e com a democratização da sociedade impulsiona a construção da autonomia, da responsabilidade e da liberdade em todos os cidadãos e cidadãs.

b) A complexificação da educação e de sua gestão

Nesta concepção emancipadora, a educação é cada vez mais necessária devido às mudanças produzidas pela humanidade na construção de sua história. Com as mudanças da cultura, os avanços da tecnologia e da comunicação, chamada por alguns de terceira revolução industrial, a educação escolar foi se tornando cada vez mais necessária e complexa. Na trajetória histórica da humanidade, o saber e a cultura foram se diversificando e, ao mesmo tempo, se ampliando. O conhecimento e a cultura popular foram se constituindo em bases importantes da educação escolar, juntamente com o saber sistematizado. A educação das pessoas exige atenção ao saber sistematizado, como o conhecimento científico,

e ao saber construído na história do educando, na sua comunidade. Ambos são indispensáveis na educação das pessoas. Com a diversificação do conhecimento, o saber do estudante e da comunidade se tornou importante na educação escolar, envolvendo cada vez mais a realidade do entorno da escola, ao lado do conhecimento acumulado pela humanidade.

A complexificação da cultura teve e tem um impacto muito grande no trabalho pedagógico da escola. O encontro pedagógico entre o que a humanidade produziu e sistematizou e o que os estudantes produziram nas suas histórias de vida tornou-se mais complexo e exigente. A educação escolar está desafiada a encontrar formas de encontro enriquecedor entre esses saberes, a repensar sua proposta pedagógica e sua organização de tempos e espaços, para que possamos falar de uma reinvenção da escola. Como resultado, a gestão da escola está exigindo mudanças. O envolvimento de todos os segmentos da comunidade escolar e da comunidade local torna-se indispensável e decisivo para o planejamento, a execução e a avaliação do trabalho educativo escolar. Especialmente a definição e avaliação dos objetivos, metas, ações e inovações demandam uma efetiva e ampla participação.

As funções mais importantes da gestão escolar são: a) o sentido histórico do que se faz na escola ou a aprendizagem significativa na formação humana e b) a unidade do processo pedagógico da escola. Para cumprir essas funções, tornou-se cada vez mais importante e indispensável o envolvimento na gestão escolar dos diferentes segmentos da comunidade escolar e a participação da comunidade local. A participação da comunidade na gestão da escola, especialmente na definição do projeto político-pedagógico, coloca-se como passo importante para a reinvenção da escola. Para garantir a participação dos diferentes segmentos da escola e da comunidade local instituiu-se o Conselho Escolar. Essa instância escolar instalou-se, em alguns lugares, como mero aparato burocrático para preencher exigências legais, visando receber recursos financeiros e materiais. Entretanto, os Conselhos foram se construindo como instâncias cada vez mais decisivas para o trabalho pedagógico. Hoje, na perspectiva do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, eles

são entendidos como instâncias decisivas e indispensáveis para a qualidade da educação socialmente referenciada e de inclusão social. São entendidos, também, como instância necessária à democratização da gestão escolar.

A escola, como espaço social da educação de qualidade e inclusão social, é um espaço privilegiado de formação humana emancipadora na sociedade. O Conselho Escolar tem, de modo particular, o direito e o dever de zelar pela educação de qualidade socialmente referenciada. Para tanto, o Conselho Escolar, entendido como um órgão coletivo de decisões colegiadas, deve ser uma instância atenta e preocupada, um espaço de reflexão/estudo e um órgão coletivo investigativo e propositivo. Ele tem como finalidade acompanhar a gestão e o trabalho educativo escolar; buscar alternativas para enfrentar problemas e dificuldades e para implantar e implementar inovações. Para tanto, em colegiado, toma decisões e apóia a escola, especialmente a sua gestão, agindo com vistas à melhoria do processo educativo escolar.

c) A formação continuada dos agentes da gestão

Este caderno de orientações metodológicas tem por objetivo apresentar subsídios, sugestões e apontar possíveis procedimentos metodológicos para momentos de estudo visando impulsionar o processo permanente de formação no âmbito escolar, especialmente dos Conselheiros Escolares. Neste sentido, traz subsídios e sugestões para estudos em grupo, tanto de professores, quanto de funcionários, de membros da comunidade local e suas organizações, como de grupos de estudantes, especialmente os seus Grêmios Estudantis. Podem, também, ser organizados grupos mistos, de pais e professores, de funcionários, professores e pais, de estudantes e membros da comunidade etc. De modo particular, este caderno visa apoiar a formação continuada dos membros dos Conselhos Escolares.

As orientações metodológicas oferecem, portanto, subsídios e sugestões visando contribuir para que Conselheiros Escolares possam planejar, organizar, realizar e avaliar suas reuniões de estudo ou cursos de formação. Entretanto, elas podem contribuir para a própria organização do trabalho cotidiano dos Conselheiros em suas reuniões. Podem, ainda, ajudar qualquer cidadão a



construir momentos de formação. Num mundo em mudança, todos estamos em estado de formação. As pessoas mudam, tornam-se mais humanas, aprendem a pensar melhor e mais rápido, a conviver melhor, respeitando as diferenças, e a ter mais sensibilidade, encontrando e criando sentido para suas vidas. Para não nos perdermos no agito do cotidiano e para nos firmarmos como sujeitos autores da construção da nossa vida e de nosso entorno, todos precisamos parar de vez em quando para nos recolhermos e pensarmos em nós mesmos e na nossa prática. Portanto, estas orientações metodológicas escritas para os Conselheiros Escolares podem contribuir, também, para organizar momentos de formação e para a prática de pessoas que queiram participar mais na formação de seus filhos nas escolas, mesmo que não sejam Conselheiros, para subsidiar a formação de participantes de movimentos populares, de sindicatos, de associações de bairro e, até mesmo, para a prática pessoal no cotidiano de suas vidas.

Os Conselheiros Escolares participam de um órgão colegiado, onde se levantam coletivamente entraves, problemas ou possibilidades de melhoria do

trabalho da escola, onde se analisam e estudam esses problemas, onde se criam e constroem alternativas. Neste processo coletivo, o Conselho Escolar é um lugar privilegiado e decisivo de tomada de decisões para a educação escolar. Participar deste processo é uma experiência educativa e a participação é um espaço de formação humana continuada dos participantes, tanto como pessoas quanto como cidadãos/sujeitos, membros do Conselho. Como aprendemos no cotidiano e continuamente construindo a história de nossas vidas nas relações do dia-a-dia, aprendemos e nos produzimos, também, na ação como Conselheiros. Na lógica da participação se aprende, porque a própria participação é um processo de vivência e aprendizagem coletivas. Nessa perspectiva, a participação de um Conselheiro escolar pode se tornar uma participação sempre mais consciente, co-responsável e autônoma. Para melhorar esta participação, todo Conselheiro precisa de momentos de impulso no processo de formação continuada, avaliando e reforçando suas condições de ação como Conselheiro. Com momentos específicos de formação, o Conselheiro dá mais densidade às condições pessoais, subjetivas para esclarecer as bases de suas decisões e para contribuir mais efetivamente com o seu dizer, decidir e agir como Conselheiro.

d) A proposta deste caderno de sugestões de orientação metodológica

Para saber melhor o que fazer é preciso estudar, reunir-se e ampliar as condições pessoais de participar efetivamente. Para contribuir nesta formação, este texto trabalha o sentido e o processo de momentos fortes e impulsionadores da formação dos Conselheiros e dos demais sujeitos do trabalho educativo escolar. Para estes processos de formação sugere-se a metodologia utilizada nos Círculos de Cultura.

Os Círculos de Cultura foram experiências relevantes no movimento de educação popular, inspirado por Paulo Freire. A metodologia de formação humana dos Círculos de Cultura concretiza sua visão epistemológica, teórica e educativa, especialmente a concepção de que o educando é sujeito de seu processo educativo e que o educador também aprende. Eles se fundam no princípio de que uma educação relevante e significativa exige um projeto pedagógico construído com o povo e não para o povo.

O caderno está organizado em duas partes. A primeira parte discute a importância e o sentido de momentos fortes de formação, apresentando a fundamentação e o processo para de fato contribuir nas atividades do Conselho Escolar. Nesta primeira parte:

- 1) discute-se a participação e a contribuição do Conselho Escolar no trabalho educativo vinculado e comprometido com o movimento amplo de construção da democracia e cidadania;
- 2) apresentam-se bases e exigências da formação; e
- 3) sugere-se o Círculo de Cultura como forma de trabalho pedagógico na formação dos Conselheiros e de outros grupos interessados em impulsionar seu processo de formação.

Para a formação, enfatiza-se o respeito e o cultivo das diferenças e da solidariedade na superação de processos tanto de imposição da uniformidade, quanto de fragmentação e de individualismo.

Na segunda parte detalham-se aspectos do Círculo de Cultura como metodologia de construção participativa do saber e da cultura e como metodologia importante no processo de formação. Sugere-se uma forma de trabalhar na preparação e realização das reuniões de formação. Nesta segunda parte, são apresentados sugestões e procedimentos para:

- 1) investigar a situação-problema;
- 2) estudar a situação e buscar alternativas; e
- 3) programar a ação a ser desenvolvida e sua avaliação.



O direito e o dever de todos na construção de uma educação de qualidade socialmente referenciada exige

**PROCESSOS DE ESTUDO E
DE FORMAÇÃO CONTINUADA.**

Parte I

Importância e sentido da formação

A atuação participante na gestão da educação escolar é um processo que demanda reflexão e estudo e constitui um processo de formação cotidiana e continuada, na própria atuação do Conselho Escolar na gestão do trabalho pedagógico e em outros aspectos da gestão escolar. Entretanto, há necessidade de momentos de reuniões de caráter formativo, especificamente voltadas à formação dos agentes da escola e da comunidade local. Essas exigências de formação intensiva emergem da prática educativa escolar e as reflexões e estudos, em Círculos de Cultura, voltam ao concreto do trabalho escolar e sobre ele reincidentem para melhorá-lo.

A formação do Conselheiro é mais significativa quando os assuntos estudados estão diretamente ligados com sua prática como Conselheiro. Evita-se, assim, o estudo descolado da realidade. Os textos e as leituras, os temas e o jeito de tratá-los fazem muito mais sentido se diretamente relacionados com a atuação concreta. O fundamento da ação das pessoas pode ser o espontaneísmo, o ativismo e a teoria. A ação humana espontânea é instintiva, como piscar o olho quando chega uma sujeira. A ação é movida pelo ativismo quando se age sem pensar, ‘empurrando com a barriga’, quando se é levado pelas impressões e aparências e movido pelo senso comum, pelo costume ou hábito. A ação dos Conselheiros deve superar essas duas bases, porque sua ação deve ser uma prática social. Uma prática é uma ação fundamentada na teoria, norteadada consciente e intencionalmente. Não existe prática sem teoria, nem teoria sem prática. A prática sem teoria não é prática, mas ação movida pelo ativismo ou por reação instintiva. Teoria sem prática, sem estar ligada ao concreto, ao real, não é teoria, mas discurso retórico, como uma miragem no deserto. Como a atuação do Conselheiro deve ser consciente e intencional, sua formação será mais adequada se trabalhar temas teórico-práticos de sua própria atuação como Conselheiro.

Portanto, um agente da gestão da escola forma-se qualificando a escola. Por isso os estudos e as reuniões de formação devem estar diretamente relacionados com a melhoria da qualidade do trabalho pedagógico da escola, visando à inclusão social. O objetivo dessas atividades de formação é produzir impacto significativo e contribuir para a transformação da educação e da sociedade.



A formação dos estudantes, dos professores, dos trabalhadores não docentes, assim como dos agentes da comunidade local, em especial dos membros do Conselho escolar, se dá:

- *na ATUAÇÃO COLETIVA como membros participantes co-responsáveis pelo trabalho educativo escolar, e*
- *em MOMENTOS ESPECÍFICOS DE FORMAÇÃO, para os quais sugerimos a metodologia dos Círculos de Cultura.*

Um processo de formação continuada é fundamental para que estudantes, trabalhadores da educação – equipe técnica, professores e funcionários da escola –, pais e membros da comunidade local possam contribuir mais efetivamente na educação escolar. Um processo educativo emancipador requer que os educandos sejam os sujeitos de sua educação, mediados pelos trabalhadores da educação e com o envolvimento da comunidade local. Este envolvimento de todos os sujeitos do processo é por si mesmo um processo educativo de formação continuada, mas requer, também, momentos de sistematização e de impulso desta formação.

Para uma inserção crítica e atuante na escola e na sociedade como um todo, é importante uma atuação coletiva, especialmente num mundo marcado por injustas desigualdades e em acelerada mudança. Para isso, é preciso estar em permanente estado de formação e, por vezes, organizar momentos intensivos de formação, para impulsionar a construção das condições subjetivas visando dar mais força à própria contribuição pessoal e grupal, como membro do Conselho Escolar. As pessoas e o coletivo participantes deste processo formam-se, também, no cotidiano de sua atuação. “Transformando o mundo nós nos transformamos a nós mesmos”, como dizia Paulo Freire. Além dessa formação na ação, há a necessidade de programar momentos de estudo e de reflexão. Esses momentos tomam força especial quando os estudos são realizados em grupos, no coletivo. Os grupos podem ser compostos de diferentes formas. Pode ser um grupo composto de membros do Conselho Escolar, de Grêmios Estudantis, de associações e demais organizações ou em grupos criados para esta formação.

Nesta parte do texto apresentamos os princípios e os fundamentos para esta formação e sugerimos a experiência de Círculo de Cultura como forma de trabalhar.

1 - O Conselheiro Escolar e a construção da democracia e da cidadania

No Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, os Conselhos Escolares são instâncias de práticas coletivas e compartilhadas. Eles assumem, em articulação com a equipe gestora da escola, o acompanhamento da execução de ações indispensáveis para uma prática educativa escolar de qualidade e as demais funções importantes da gestão da escola. Suas funções e atribuições não podem ser assumidas por uma pessoa, nem mesmo pelo presidente. Nesta perspectiva, os Conselhos Escolares são instâncias decisivas e indispensáveis para o processo de construção de uma educação de qualidade, comprometida com a superação das desigualdades sociais e comprometida com a emancipação das pessoas e com a democratização da sociedade. A cidadania e a democracia participativas não são outorgadas pelo poder e pelo Estado, nem conquistadas. Elas são historicamente construídas no árduo trabalho coletivo dos cidadãos e das cidadãs.

O que é indispensável para a democracia e a cidadania?



A emancipação humana é um processo antropológico-social, isto é, pessoal/individual e coletivo/social. A construção da autonomia e da liberdade tem uma dimensão pessoal e individual e, ao mesmo tempo, uma dimensão social e coletiva. Constitui um processo histórico no interior da luta e dos conflitos, que expressam a concretização de interesses diferentes, que podem ser contraditórios ou antagônicos quando interesses de classe. O processo de emancipação humana

implica o reconhecimento e a valorização da diferença entre as pessoas e, ao mesmo tempo, a solidariedade e unidade na diversidade.

O sentido histórico da educação, nesta perspectiva de construção da cidadania e da democracia participativas, demanda um trabalho pedagógico coletivamente assumido pela comunidade escolar e local. Por vezes e em muitos aspectos, significa um movimento de reinvenção da escola na concretização de uma educação de qualidade com inclusão social. Esta se realiza no interior do movimento mais amplo de democratização da sociedade e de construção de uma sociedade justa e humana. Uma atuação significativa de qualquer cidadão ou cidadã, para esta democratização, opõe-se às relações marcadas pela exploração, pela dominação e pela imposição. Não se trata de delegar a outros as decisões, nem se trata de uma minoria impor suas visões e nem mesmo de convencer os outros para que pensem e ajam como o líder quer. Trata-se de construir no coletivo um projeto de ação e de trabalho educativo escolar que impulse a qualidade da educação com inclusão social, levando em consideração as demandas da comunidade local.

a) Respeito e cultivo às diferenças

As pessoas não nascem programadas pelos instintos e por um destino estranho a elas. As pessoas produzem-se historicamente nas relações sociais. Tudo o que somos e fazemos aprendemos nas relações sociais. Na convivência com os outros aprendemos e nos tornamos humanos. Nós nos produzimos como pessoas na convivência com os outros. Não nascemos com equipamentos instintivos ou inatos que garantam nossa sobrevivência. É com os outros, nas relações sociais, que aprendemos a viver como gente. Por exemplo, é na convivência com os outros que aprendemos a falar, sorrir, caminhar e amar. Portanto, somos diferentes e somos conviviais. Construimo-nos como indivíduos em comunidade. Uma das características da existência humana é a originalidade e a inovação. E uma segunda característica fundamental é a sociabilidade e a comunhão. Cada pessoa é única, diferente, original e é sujeito da construção de si e do mundo. Portanto, cada pessoa tem uma contribuição específica a dar.

Para que isso ocorra não pode haver uniformidade nem individualismo.

De um lado, não pode haver imposição de idéias e concepções padronizadas, que implicariam uma uniformidade. É fundamental considerar e ampliar a originalidade e a diversidade de cada pessoa, comunidade ou região. De outro lado, não pode haver desconhecimento do outro e competição, que implicariam individualismo. É fundamental a colaboração e a solidariedade na construção do coletivo. A convivência humana, na construção histórica das pessoas e da própria humanidade, exige a conviviabilidade, o indivíduo-diferente e o coletivo-solidário. Essas duas características nos levam a construir uma unidade na diversidade, respeitando a singularidade e construindo a unidade. A escola, como lugar de formação humana emancipadora, é o espaço privilegiado de convivência. Seu projeto político-pedagógico visa oferecer as condições educacionais objetivas para que as crianças, jovens e adultos se inscrevam criticamente na cultura, ampliando, de um lado, a individualidade e sua originalidade e, de outro, o coletivo e sua conviviabilidade. A diversidade e a unidade constituem a base da democracia participativa. A construção da democracia participativa não nega, apenas, a dominação ou a ditadura. Ela transcende, também, a democracia representativa, porque os cidadãos e cidadãs não delegam a outros o direito de governar, mas assumem o poder que é do povo e constroem instrumentos de exercer o seu direito de governo.

O sentido e a razão de ser da escola está na contribuição a esta construção da existência humana.



*Democracia e cidadania não combinam nem admitem
UNIFORMIDADE, PADRÃO E MODELO.*

*Democracia e cidadania fundamentam-se no respeito à
DIFERENÇA, DIVERSIDADE E ORIGINALIDADE.*

b) Unidade na diversidade

A escola e o Conselho são espaços sociais privilegiados para o processo de construção da democracia e da cidadania participativa.

Na perspectiva da emancipação, a escola é um lugar decisivo para a inserção crítica das pessoas na cultura. A contribuição da escola, embora limitada, é indispensável na construção da cidadania. A educação básica de qualidade com inclusão social exige trabalho planejado e especializado. Ela não ocorre espontaneamente. Ela é fruto de muitos fatores, mas tem na escola sua institucionalização indispensável e insubstituível. Embora outras organizações sociais, como família, igreja, partido político, clubes, sindicatos e movimentos sociais contribuam na formação das pessoas, elas não respondem pela formação



A diversidade e a unidade constituem a base da democracia participativa.

da educação básica necessária nos tempos de hoje, tanto para a história das pessoas como da sociedade. A escola tem este papel de garantir a educação sistemática. A escola não tem o poder de, isoladamente, transformar o mundo, por isso sua contribuição é limitada. Entretanto, sem a contribuição da escola na formação das pessoas, esta transformação dificilmente terá condições de acontecer. Portanto, a educação das pessoas demanda uma prática educativa escolar de qualidade e inclusiva.

A construção da cidadania e da democracia participativas, fundadas nas relações de colaboração, na co-responsabilidade e na solidariedade fundamentam-se no direito e no respeito à diversidade e à igualdade. A consolidação dos Conselhos Escolares, num trabalho educativo emancipador, é, por excelência, um espaço social democrático, onde se constrói a unidade na diversidade. É um lugar de encontro do diferente para a (re)construção de uma proposta. O sentido e o fortalecimento dos Conselhos Escolares fundam-se no fato de os seus membros terem papéis diferentes e, ao mesmo tempo, terem direitos iguais. Se não fôssemos diferentes, se a igualdade significasse uniformidade, não poderíamos ser livres. Se liberdade significasse pensar, dizer e fazer o que cada um bem entendesse, sem respeito aos outros, não haveria justiça social, nem condições de construção cidadã e democrática.



*Democracia e cidadania não combinam nem admitem
INDIVIDUALISMO E FRAGMENTAÇÃO.
Democracia e cidadania fundamentam-se na
SOLIDARIEDADE E UNIDADE.*

2 - A formação do Conselho Escolar

A complexificação da cultura no processo histórico-cultural pode ser visualizada nas aceleradas mudanças de nossa época, especialmente no mundo do trabalho, da tecnologia e das informações, que exigem repensar a contribuição da escola na formação das pessoas. Ao longo do tempo, a escola e as suas tarefas foram se complexificando. Este quadro complexo no conjunto da sociedade, na sua economia, na sua política e nas suas relações sociais, até mesmo dentro da lógica capitalista, trouxe exigências de mudanças na organização da escola, no seu trabalho pedagógico e na sua gestão.

As mudanças sociais, as lutas políticas e as ações coletivas envolvendo a sociedade, as organizações e os movimentos populares e de educadores contribuíram também na redefinição do trabalho pedagógico. A escola vive esta época desafiadora e privilegiada de transformação da sua prática pedagógica e, até mesmo, de sua reinvenção. A escola era uma instituição muito voltada para passar para as gerações mais novas o patrimônio cultural produzido pela humanidade. Enfatizava a transmissão dos conteúdos. Hoje, a humanidade já encontrou formas mais produtivas e rápidas de acessar as informações e o conhecimento produzido. Na evolução da história da humanidade, a escola passou a ter como função central a formação da pessoa como sujeito histórico. A escola, como espaço de formação, continua sendo um lugar importante de socialização do conhecimento, que constitui parte indispensável, mas não suficiente, da produção da existência humana. A escola que se preocupava quase que exclusivamente com o cognitivo, hoje sabe que precisa trabalhar igualmente o cognitivo, o social e o afetivo. O estudante, que era mais um receptor passivo, vai se tornando sujeito autônomo e autor de sua formação; de objeto a ser moldado, o estudante vai se constituindo autor da sua própria história.

Nestes novos tempos, com funções muito mais complexas, a educação escolar precisa de uma articulação mais efetiva com a comunidade local e de uma organização democrática e participativa no seu processo de gestão. Ser membro de Conselho Escolar, ser educador ou educadora, ser pai ou mãe, ser

estudante, ser funcionário ou funcionária da escola, ser cidadão ou cidadã é ter o direito e o dever de participar deste processo de reinvenção da escola. Esta participação responsável exige que, no coletivo, num processo permanente e co-responsável, construamos uma educação relevante e significativa nas nossas escolas. Num mundo em que a educação das pessoas é mais exigente e complexa, torna-se mais necessário um processo democrático na sua construção. Quando se concebia a educação escolar como prática e lugar de transmissão de conhecimento, a gestão democrática e a participação dos segmentos da comunidade escolar, dos pais e da comunidade local na sua gestão não eram tão valorizadas.

Em síntese, como vemos, com o avanço das novas formas de sociabilidade capitalista e com a emergência de uma nova demanda para a educação, tornou-se indispensável este processo coletivo e permanente para que a escola seja efetivamente um lugar de educação relevante e significativa, um lugar privilegiado da formação humana emancipadora.

Que processos de formação continuada contribuem para que os Conselheiros Escolares atuem, de fato, para a construção de uma educação com inclusão social?



Para participar efetivamente deste processo, é muito importante que todas as pessoas envolvidas reforcem suas condições pessoais de participação, refletindo, estudando e se reunindo para discutir seu papel. A formação dos participantes em reuniões e processos de estudo de todos os envolvidos, especialmente dos membros do Conselho Escolar, é fundamental para contribuir cada vez mais para que a escola:

- cumpra sua função de educar, construindo a democracia e a cidadania participativas;

- realize um processo de aprendizagem significativa;
- respeite e valorize o saber e a cultura do estudante e da comunidade;
- use significativamente o tempo pedagógico;
- seja democrática e participativamente gerida.

Muitas vezes, as pessoas não participam de atividades cidadãs importantes, como reuniões nas escolas de seus filhos e momentos de formação, porque estão afogadas em tarefas ou porque só fazem o que lhes traz vantagem financeira. Essas razões podem ser armadilhas para nos iludir com falsas desculpas. As desculpas mais freqüentes são a falta de tempo e a não remuneração. As pessoas se deixam sufocar por compromissos que têm e se perguntam ‘o que eu ganho com isto?’

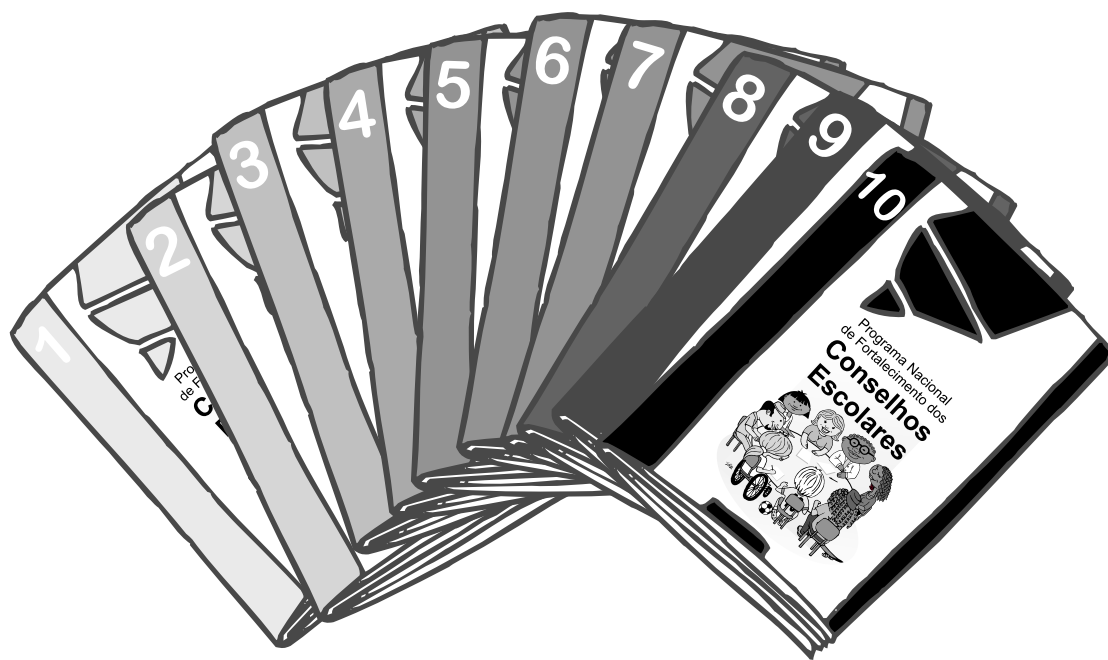
O tempo não é um consumidor de nossas vidas. Pensando podemos criar nosso tempo. Se olharmos em nossa volta, podemos verificar que é verdade a afirmação de que se uma coisa precisa ser feita, nós devemos pedir que a faça quem não tem tempo, porque quem tem tempo não terá tempo para fazê-la. O importante é priorizar, dar mais tempo ou pôr no tempo o que é mais importante e deixar coisas menos importantes para depois. Os interesses objetivos do capital se opõem às necessidades de uma vida humana digna. A voracidade do capital nos exige como recursos para sua acumulação, para aumentar. E as pessoas, se não pararem para se formar como pessoas, vão sendo sugadas, no cotidiano, sendo reduzidas a meros recursos para a acumulação do capital.

A construção da liberdade, tornar-se mais gente, ampliar as condições pessoais para pensar, para conviver e para admirar produzem retornos muito mais significativos do que a mera remuneração financeira. O Conselheiro usa seu tempo em reuniões, contribuindo na discussão coletiva, propondo melhorias para a educação na escola e acompanha a elaboração, execução e avaliação do projeto político-pedagógico e outros aspectos da gestão escolar. Este trabalho contribui para a educação de mais qualidade de seus filhos e dos outros estudantes da escola. Estudos revelam que uma educação básica de qualidade social é indispensável para uma sociedade justa e um mundo humano. Contribuir na construção de um futuro melhor é, seguramente, um trabalho com

retorno mais significativo do que a mera remuneração financeira. Participando da luta pela superação das desigualdades e das injustiças, da violência e da depredação da natureza, construímos a qualidade de vida humana.

É esse o espírito que move os participantes dos Conselhos, dos movimentos sociais e, até mesmo, as atividades mais significativas no cotidiano de nossas vidas. É preciso tempo e não há remuneração imediata para o amor, para a amizade, para a formação pessoal e para o exercício da cidadania. Mas, sem isso, a vida humana perderia o seu sentido radical.

Para contribuir com o processo de formação dos sujeitos da comunidade escolar e da comunidade local, o Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares disponibiliza material pedagógico-didático de apoio, como, por exemplo, seus cinco primeiros cadernos (2004) e os cinco cadernos novos (2006). Esses cadernos, assim como novos cadernos e outras iniciativas, constituem material pedagógico-didático para a qualificação da atuação dos Conselheiros e para sua própria formação, tanto no coletivo das atividades do Conselho como em processos específicos de sistematização e impulsionamento de sua formação. Educadores, técnicos, funcionários, estudantes, pais de estudantes, representantes de organizações da comunidade local e todos, como cidadãos



e cidadãs, somos co-responsáveis pela construção de uma educação de qualidade e inclusão social nas nossas escolas.

No Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, como revelam as temáticas do material pedagógico-didático de apoio, o Conselho Escolar é a institucionalização do esforço coletivo de toda a sociedade, em especial da comunidade escolar e da comunidade local. Neste caderno, vamos tratar da formação dos membros da comunidade escolar e local, especialmente dos participantes do Conselho. Este material pedagógico-didático tem o objetivo de contribuir para a formação de agentes a fim de que possam efetivamente contribuir para que o Conselho Escolar cumpra suas funções na construção de uma educação de qualidade com inclusão social. Nesta perspectiva, o Conselho Escolar, como instância da gestão democrática da escola, é importante órgão colegiado, de zelo e observação, na busca de soluções e construção do futuro.

Portanto, em resumo, os Conselhos Escolares, na concepção do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, são instâncias coletivas de atuação pró-ativa da gestão democrática da escola e contribuem para que o trabalho pedagógico da escola participe do processo amplo de construção da democracia e cidadania participativas. Portanto:

■ o Conselho é uma instância importante para que a escola contribua na construção da democracia e da cidadania.

Forjando historicamente a democracia e a cidadania, a escola constrói a unidade na diversidade. Ela não impõe uma uniformidade, nem desenvolve o individualismo. Existem diferentes jeitos de ver e entender a realidade, a sociedade, a pessoa e a escola. Neste Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, a escola é entendida como um espaço social de construção das pessoas, de cidadania, de formação da pessoa como sujeito e autor da construção histórica de si e da sociedade. A educação emancipadora, participante da construção da cidadania e da democracia, não é um instrumento de domesticação, de integração ou de subordinação das pessoas. Um mundo em acelerada mudança exige flexibilidade e agilidade para a inserção crítica, inclusive no mundo do trabalho. É inegável a importância de processos de

formação para uma inserção crítica neste complexo contexto. Com as mudanças que ocorrem cada vez mais rapidamente, no mundo, no nosso entorno e em nós próprios, a pessoa e a sociedade são, cada vez mais visivelmente, realidades em construção.

■ **O Conselho é um órgão colegiado, suas decisões só são tomadas em reunião.**

Isoladamente, nenhum conselheiro tem poderes para tomar decisões. O Conselho, como órgão colegiado, é um espaço coletivo, onde os diferentes segmentos da comunidade escolar e a comunidade local estão representados. Considerando a diversidade de posições, de interesses e de visões, presentes dos membros dos Conselhos Escolares, negociações, mediações e alianças são indispensáveis, mesmo quando as deliberações não são consensuais e vão a voto para tomada de decisão.

■ **O Conselho é um espaço de zelo e de observação.**

É fundamental que os membros do Conselho Escolar contribuam, participando na elaboração e na avaliação do projeto político-pedagógico da escola e acompanhando sua execução. Nesta sua função zelam pelas atividades educativas e pela mobilização de toda comunidade escolar e local. Para tanto, o projeto político-pedagógico deve ser apresentado à Assembleia Geral da escola para que toda a comunidade o aprecie, possa contribuir na sua definição e tenha conhecimento da sua proposta educativa. Portanto, os Conselheiros contribuem na definição de prioridades e de alternativas, na sua construção coletiva e na sua socialização. Avaliam a qualidade do trabalho da escola. Procuram descobrir as origens e determinantes dos problemas e desafios que encontram no desenvolvimento da educação escolar. Na busca das raízes dos problemas e de inovações, o Conselho descobre o que, de fato, precisa ser atacado para resolver os problemas, enfrentar os desafios e melhorar a educação escolar.

■ **O Conselho é uma instância de busca de soluções.**

Na sua prática, ele não deve agir improvisada e isoladamente. Procura relacionar a experiência e a teoria para fundamentar as decisões e sua atuação. O Conselho é um lugar de reflexão séria e rigorosa, onde se procura evitar ações sem fundamento. A discussão coletiva, a reflexão e o estudo dão suporte à busca

de alternativas válidas, que, de fato, vão interferir na mudança da realidade.

■ **O Conselho é uma entidade pró-ativa.**

Ele deve contribuir no esforço coletivo de resolver problemas e de prevenir para que não aconteçam, e de implantar inovações para melhorar a qualidade do trabalho educativo escolar. Nesta perspectiva, deve trabalhar as tensões e os conflitos, procurando alternativas para superar e evitar os problemas, se os mesmos forem de nível escolar, e deve encaminhar às instâncias competentes suas sugestões ou reivindicações, quando as soluções escapam do nível da escola. Entretanto, sua função principal é construir o novo, enfrentar os desafios do novo contexto social e cultural. Para isso, age e intervém participando da execução das alternativas propostas na construção do novo. Portanto, o Conselho, além de 're-agir' ou 'pre-venir', ele 'pró-age'.

Com base no conjunto do material pedagógico-didático e numa metodologia de diálogo e compartilhamento, este caderno de orientações metodológicas apresenta fundamentos, diretrizes e sugestões para a formação ou qualificação continuadas dos Conselheiros Escolares e de outros grupos envolvidos e interessados. Os processos de formação propostos estão diretamente vinculados com a situação concreta da escola, com a atuação do Conselho, contribuindo, assim, de forma significativa, para uma educação de qualidade para todos.



O Conselho Escolar, como coletivo participante na construção da democracia e da qualidade da educação com inclusão social, deve, ele mesmo, ser um espaço de experiência democrática, de colaboração, co-responsabilidade e solidariedade.

TRABALHAR

‘Com-penso’

*Desafio para o trabalho
com autonomia e co-responsabilidade.*

Era uma vez...

...um intelectual militante que vivia no meio do povo. Numa de suas muitas andanças nos morros da vida, encontrou Soraia, que se aproximou interessada, solicitando ajuda para encontrar um emprego.

Nestes tempos difíceis de conseguir um lugar para trabalhar, ele se lembrou de um casal de amigos que estava procurando alguém para o trabalho doméstico. Perguntou:

“Você trabalharia em casa de família?”

“Claro”, respondeu ela, “eu quero é trabalhar”. Ele lhe deu o endereço e Soraia foi procurar a família para um dia de trabalho.

No fim do dia, a dona da casa disse:

“Soraia, gostei do seu trabalho e gostaria que viesses trabalhar aqui em casa todos os dias. Mas, para saber se posso te contratar, preciso saber quanto queres ganhar de salário”. Soraia respondeu:

“Aí depende, né, patroa”.

“Depende de quê?”

“Depende se é ‘com-penso’ ou se é ‘sem-penso’”.

“O que quer dizer isso?”

“É assim, ó, patroa: se for ‘com-penso’, se eu tiver que pensar o que fazer primeiro, organizar o trabalho, pensar o que comprar na feira e no supermercado e pensar um monte de outras coisas, aí é ‘com penso’ e é um preço. Se for ‘sem-penso’, se quando eu chegar para o trabalho



já estiver tudo decidido e organizado, a senhora determinar que primeiro eu devo limpar o banheiro, depois arrumar o quarto, se tudo estiver comprado e a senhora disser o que devo cozinhar..., aí é 'sem-penso' e aí é outro preço..."

Soraia foi contratada 'com-penso' e a dona da casa não se arrependeu. Não precisou mais se preocupar com as compras e a organização da casa. E mais, a casa estava sempre muito bem organizada, limpa e bonita; o cardápio era variado, original e saudável; não faltava nada na hora 'h' e as compras de verduras, frutas e mercadorias do supermercado não eram tão caras como quando a dona da casa ia comprar.

As mudanças no meio econômico, político e social e as mudanças na educação escolar trouxeram novas exigências para a participação na sua gestão, que demandam Conselheiros Escolares que participem 'com-penso', de forma coletiva, autônoma, solidária e co-responsável da gestão da escola.

3 – Círculo de Cultura: espaço democrático e cidadão de formação dos Conselheiros Escolares

Os membros do Conselho são mulheres e homens concretos, são sujeitos, atores e autores da construção de si e da história de seu entorno. Como membros do Conselho são co-autores do projeto político-pedagógico da escola. Como autores devem compartilhar a superação dos problemas e a construção de novas iniciativas para a escola, exigidas pela complexificação da cultura e pela superação dos problemas sociais. Para tanto, participam da identificação de problemas da escola, da descoberta do porquê desses problemas, da busca de alternativas de solução, da decisão das medidas necessárias para executar a alternativa escolhida para resolver o problema, se for da competência da escola, ou para encaminhar e reivindicar as medidas necessárias a serem tomadas pelas instâncias competentes.

Por que o Círculo de Cultura como metodologia de formação dos Conselheiros Escolares?



A atuação do Conselho exige processos democráticos e cidadãos no próprio processo de formação de seus membros. Tal processo foi experimentado na experiência dos Círculos de Cultura. Por isso, algumas características democrático-cidadãs dessa experiência são sugeridas como fundamento e processo da formação dos membros do Conselho Escolar.

O Círculo de Cultura leva em consideração características essenciais da formação humana. Reconhece a pessoa como sujeito histórico, em permanente construção de si

mesmo. Neste sentido, somos seres inacabáveis e incompletos, em permanente superação do estágio em que chegamos. Tudo o que somos, por mais maravilhoso e importante que seja, é mero patamar de tudo o que ainda podemos ser. Estamos em permanente passagem do que éramos para o que seremos. Neste sentido, precisamos estar atentos ao novo que emerge, porque, num processo de construção democrática e cidadã, apoiado por uma educação emancipadora, vivemos num permanente processo de superação, de ruptura com o passado na construção do futuro. Vivemos num processo contraditório de ruptura e de conservação. Na tendência emancipadora, estão em questão todas as pré-noções, porque podem ser preconceitos e todo preconceito impede a gente de aprender e encontrar noções e conceitos mais adequados.

Este processo de construção humana é permanente e depende da ação consciente e intencional das pessoas. Não é algo que se herda ou se ganha, nem algo que se conquista, mas se constrói. A formação humana e a escola, o Conselho Escolar e a atuação dos Conselheiros são historicamente construídos, por meio da ação dos grupos sociais.

Essa construção tem um caráter coletivo, comunitário e um caráter pessoal/individual. Rompe com a uniformidade, com o coletivismo submisso, e rompe com a fragmentação ou com o individualismo. Portanto, no Círculo de Cultura trabalha-se com relações humanas de colaboração, co-responsabilidade e solidariedade. Uma estrutura de trabalho fundada nessas regras de relações opõe-se a uma estrutura cujas relações são regidas pelas regras de exploração, dominação e opressão. No Círculo de Cultura trabalha-se com relações entre pares, em círculo, olho no olho, partilhando e contrapondo entendimentos, compreensões diferentes numa construção coletiva de soluções. Superam-se e evitam-se as relações de 'ensinação', que fazem com que no grupo um fale e os outros ouçam submissamente.

No Círculo de Cultura todos aprendem e ensinam. Esta metodologia exige respeito e re-conhecimento da contribuição do outro e dialogicidade. A metodologia do Círculo de Cultura é um processo de produção participativa do saber e da cultura e tem suas origens nas contribuições deixadas por Paulo Freire.

Enquanto metodologia de produção do saber, possibilita o estudo de uma determinada realidade social, por meio do uso de um conjunto de procedimentos. O objeto de estudo do Círculo de Cultura, no nosso caso, é a qualidade social da educação escolar. Ao utilizar essa metodologia de estudo em uma escola concreta, pretende-se compreender as relações políticas e pedagógicas que se estabelecem no seu interior, e as relações que se estabelecem entre esta escola e o seu contexto social, desvendando, durante o estudo, o movimento que a leva aos seus resultados educacionais e sociais. O mesmo estudo possibilitará a produção de um comprometimento que permita transformar a situação constatada nessa escola em práticas de uma educação escolar com maior qualidade social.

Para entender melhor o que é um Círculo de Cultura, vamos destacar dois aspectos importantes, que definem a sua lógica: a convivibilidade e a investigação coletiva.

a) O Círculo de Cultura concretiza, na prática, a união, a comunhão e a convivência humana.

A organização dos participantes em círculo dificulta posturas individualistas, competitivas, fundadas na explicação que desconhece a dimensão social dos problemas e da formação das pessoas, porque atribui todo desenvolvimento humano exclusivamente ao esforço individual. O material pedagógico-didático do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares contrapõe-se a esta visão. O Círculo de Cultura apóia-se no pressuposto de que ninguém consegue ser só, isolado no mundo. Parte do entendimento de que o homem é um ser eminentemente social e, como afirmou Paulo Freire, que o homem só consegue ser na medida em que outros homens também o são. Nesse sentido, o Círculo facilita a construção de pessoas mais coletivas porque estimula a horizontalização das relações entre os participantes do grupo de estudo, favorecendo, dessa forma, a instalação de um ambiente cooperativo, colaborativo, interativo, onde germinam relações de solidariedade e a noção da coisa pública.

Com esta concepção e prática, a metodologia do Círculo de Cultura é uma

opção clara pela ação dialógica. Conforme Paulo Freire afirma, comunicação e convivência favorecem a comunhão e a busca. Aprende-se, no Círculo de Cultura, a ouvir o outro, a posicionar-se bem, a tratar os conflitos de interesses entendendo suas origens sociais, políticas, afetivas, econômicas, étnicas etc. O diálogo ajuda, também, na construção de alianças e na identificação de parceiros. O diálogo leva os participantes a desenvolverem uma atitude reflexiva, a aprender a formular boas perguntas e a respondê-las com a ajuda do coletivo.

b) O espírito investigativo é desenvolvido no Círculo de Cultura.

Com um conjunto de procedimentos orientados pelo coordenador do Círculo de Cultura, os participantes são estimulados ao exercício pedagógico de leitura da realidade sociopolítica da escola e da sociedade e a compreensão dessa temática passa a ser o desafio de todos que integram o Círculo. Com a educação escolar transformada em objeto de estudo, desperta-se a curiosidade. As soluções para as situações-problema identificadas pelo grupo de estudo na escola são construídas com criatividade e pró-atividade. Dessa maneira, os participantes do Círculo vão ultrapassando o limite do aparente, formulando perguntas mais profundas. Ao analisar as contradições e ao mergulhar na gênese dos problemas, os participantes passam a entender as razões subjacentes aos fatos socioeducacionais, alterando sua percepção, ampliando e qualificando sua atuação, possibilitando a transformação da realidade escolar e social.

O processo de formação e atuação dos Círculos de Cultura divide-se em três momentos: investigação, tematização e proposição. Esses três momentos são apresentados resumidamente na segunda parte deste caderno para subsidiar processos de formação de Conselheiros Escolares e de outros interessados em impulsionar sua formação como sujeito ator e autor na construção de uma educação de qualidade social e de uma sociedade justa.

Os três momentos do processo metodológico de um Círculo de Cultura que trabalharemos na segunda parte deste Caderno são a investigação, a tematização e a proposição.

Portanto, dividimos a segunda parte nestes três momentos:

- a) o momento de investigação, no qual se levantam as situações-problema;
- b) o momento de tematização, no qual se discutem as situações-problema, situando-as no seu contexto e buscando ampliar a compreensão do problema; e
- c) o momento de proposição, no qual se definem as alternativas de solução ou o projeto de ação a ser empreendido.

Sugerimos estes três momentos para o próprio processo de formação dos Conselhos. Apresentamos essas sugestões na segunda parte deste caderno de orientação metodológica.



*A formação em Círculos de Cultura é
convivial e democrática,
investigativa e solidária.*

O CONSELHEIRO E O ARTISTA

*Homenagem ao
trabalho pedagógico emancipador
e à sua gestão democrática.*

Era uma vez...

...um artesão do interior do nordeste brasileiro que criava obras de arte em seu ateliê. Era muito conhecido pela originalidade e beleza de suas obras. Um dia, um visitante, entusiasmado com a beleza das criações do artista, perguntou curioso:

“Como é que você consegue criar obras tão maravilhosas e belas?”

O artesão, desafiado a dar o testemunho de seu trabalho, com brilho nos olhos, respondeu:

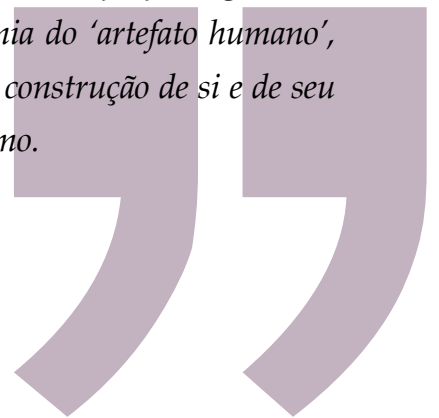
“Eu olho a pedra, eu admiro a pedra, eu falo com a pedra, eu acaricio a pedra e acabo tirando de dentro da pedra o que a pedra quer dizer”.

O artista, com sua sensibilidade desenvolvida, oferece sua mediação para deixar a “pedra dizer o que ela quer dizer”. Ele não faz da pedra o que ele quer, mas, no diálogo com a pedra, apóia a pedra para que ela possa ser o que ela quer. Ele não é o senhor, o dominador, o impostor, o delapidador da pedra, para quebrá-la, mutilá-la, arrancando dela tudo o que não corresponde à fôrma, modelo ou padrão, que ele lhe quer impor. Se agisse assim não seria um artista, suas obras não seriam arte, pois teria desossado a obra da sua essencialidade, que é a originalidade, a surpresa, o inesperado.



Os grandes escritores reconhecem que não põem as palavras nas bocas dos personagens de seus livros, mas os personagens é que obrigam a escrever o que eles querem dizer. Numa verdadeira obra de arte, os personagens se libertam e se impõem a seus inventores.

Educadores, Conselheiros Escolares e todos os agentes da educação emancipadora, assim como artesãos e escritores, são artistas que criam suas obras de arte. No ateliê das relações pedagógicas cria-se o artefato humano. O trabalho educativo escolar, assim como o trabalho do artesão e do escritor, além de mediar o surgimento do artefato, produz a si mesmo como artefato. O ato pedagógico trabalha a essencialidade da arte porque trabalha com o criador da arte, com o humano. O trabalho educativo na escola, como mediação pedagógica consciente no processo de produção da existência humana, tem efeito formador direto no próprio agente do processo. Ativando a construção da autonomia do 'artefato humano', mediando a formação do sujeito histórico, da construção de si e de seu entorno, ele está formando, também, a si mesmo.



Parte II

O processo de formação

O papel do Conselho Escolar está tomando uma dimensão muito mais importante do que contribuir para a manutenção da escola. É importante a contribuição na gestão financeira e na gestão da infra-estrutura física. Muitos Conselhos iniciaram como coadjuvantes, fazendo o que o Diretor considerava necessário. Ao longo do tempo, eles passaram a participar da decisão sobre a angariação e, principalmente, sobre a utilização dos recursos. Hoje, cada vez mais e em mais lugares, os Conselhos estão assumindo papéis mais significativos e relevantes, participando do planejamento, da avaliação e da reprogramação da proposta pedagógica da escola, do projeto político-pedagógico. Um dos mais importantes papéis do Conselheiro Escolar é participar na solução dos problemas e dificuldades da escola, principalmente aqueles relacionados com a aprendizagem e com a progressão dos estudantes. Participar da solução desses problemas, além dos problemas financeiros, é fundamental para que a escola possa cumprir melhor seu papel de proporcionar uma educação de qualidade com inclusão social. Nesta sua tarefa ele deve ter condições de investigar o problema e deliberar sobre um plano de ação ou sobre encaminhamentos para enfrentar o problema e para resolvê-lo.

Para que o Conselheiro Escolar contribua no enfrentamento dos problemas e desafios da escola, é importante que se organize coletivamente e mobilize a comunidade local, além dos segmentos da comunidade escolar. Este processo de organização do coletivo e de formação dos membros do Conselho, como indivíduos cidadãos e do conjunto do colegiado, constrói-se através da participação na definição do trabalho pedagógico escolar e da solução de problemas, tanto em nível da escola, quanto na busca de parcerias na comunidade ou na organização de lutas por direitos conquistados e ampliação dos direitos por uma educação de qualidade socialmente referenciada.

Esta organização coletiva também se beneficiará com momentos de formação, para os quais sugerimos os três momentos do Círculo de Cultura. A participação como sujeito consciente, responsável e cidadão dos membros do Conselho nas atividades relacionadas às tarefas do Conselho na gestão da escola deve ser mais forte ainda na organização, planejamento e execução de atividades voltadas para sua própria formação. Portanto, importa que os participantes de reuniões e projetos de formação participem dos três momentos sugeridos pela metodologia do Círculo de Cultura:

- 1) Momento investigativo: é o momento de diagnóstico ou definição do problema e de problematização ou busca e compreensão das origens do problema.
- 2) Momento de tematização: é o momento de reflexão, estudo e fundamentação teórica, utilizando o conhecimento dos participantes e buscando outros conhecimentos.
- 3) Momento de proposição: é o momento da programação, elaboração de uma proposta de solução e de acompanhamento da execução dessa proposta.

1 – Problematização: diagnóstico e investigação

O Conselho cumpre sua função desenvolvendo três movimentos, que, embora sejam etapas seqüenciais, ocorrem, também, simultaneamente: o movimento investigativo, ou diagnosticador; o movimento reflexivo, ou inovador; e o movimento propositivo, ou executor. O processo de formação dos Conselheiros e de outros agentes da educação escolar, sugerido nestas orientações e sugestões metodológicas segue o mesmo processo, porque parte do pressuposto de que a gente se forma pelo trabalho, qualificando o que se faz. Portanto, neste primeiro item do processo de formação, vamos trabalhar o primeiro movimento.

Para que o Conselho Escolar possa contribuir mais efetivamente como instância ou órgão da escola, em qualquer área da sua gestão, os Conselheiros, em projetos e reuniões de formação, precisam saber lidar competentemente com problemas. Por isso é importante que nestas atividades de formação sempre se parta de problemas concretos. Mesmo quando o Círculo de Cultura não é realizado no interior da escola, a aproximação com a realidade da escola é necessária para observar e registrar ocorrências existentes no trabalho pedagógico ou nas dependências da escola.

No momento de problematização, o objetivo é compreender o problema a fundo para não se deixar iludir pelas primeiras impressões. É necessário cercar o problema, realizar um diagnóstico e investigar os entraves, dificuldades e problemas do trabalho pedagógico e, principalmente, descobrir suas raízes e origens. Neste processo, o Conselho encontrará muitas possibilidades, mas, também, dificuldades e limites.

O que é preciso saber e fazer para entender e enfrentar um problema e buscar alternativas para sua solução?



Antes de iniciar a investigação, é indispensável definir os procedimentos e os instrumentos que serão utilizados para descobrir e investigar o problema, como, por exemplo, Diário de Campo: anotações do que se vê e observa sobre o assunto; Questionário: um conjunto de perguntas para serem respondidas por escrito; Roteiro de Entrevista: uma lista de perguntas que precisam ser feitas. Muitas vezes, é preciso registrar coisas que se observam e ouvem, usando máquina fotográfica e gravador. Nas situações a serem investigadas precisam ser identificados:

- os atores envolvidos: tipo de relação estabelecida entre esses atores, como percebem a realidade na qual estão envolvidos, quais as divergências conceituais existentes e qual o universo vocabular utilizado;
- o cenário: horário, ambiente, clima institucional, circunstâncias e contexto da situação-problema;
- a situação-problema: a escolha de aspectos a serem observados já revela uma forma de entender e recortar a realidade. Cada grupo de estudo deve definir o universo a ser investigado e os seus aspectos relevantes. É indispensável uma primeira fundamentação teórica e legal que permita uma primeira leitura temática da realidade escolar e a formulação de algumas questões a serem aprofundadas e confirmadas ou não no decorrer do Círculo de Cultura. Com esse olhar identificam-se situações-problema existentes na escola. Esse olhar precisa ser explicitado e conhecido.

Esta visão precisa ser apurada. Assim como o lenhador precisa afiar o machado, os Conselheiros precisam apurar o olhar, melhorar as ‘lentes dos óculos com os quais olhamos o mundo’. No momento de problematização sugere-se organizar o processo investigativo tomando-se como campo central de observação a questão da qualidade social da educação escolar. O universo a ser investigado é a escola no seu contexto, tendo como eixo o seu trabalho pedagógico. Nesta investigação pode ser enfatizada a observação de aspectos específicos, sugeridos por temas relevantes, como os assuntos dos diferentes materiais pedagógico-didáticos produzidos pelo Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, como os relacionados com a organização e funcionamento do Conselho Escolar; aprendizagem dos estudantes; respeito e valorização do saber dos estudantes e da comunidade; aproveitamento significativo do tempo pedagógico; forma de escolha do diretor e gestão democrática em todas as instâncias da escola, entre outros.



*Importa ir além das primeiras impressões
e descobrir as origens, as raízes e os
determinantes do problema.*

No processo de problematização, os participantes de projetos de formação precisam:

- a) levantar, definir e investigar a situação-problema, e
- b) trabalhar de forma democrática e cidadã.

a) O processo de levantamento e definição da situação-problema

Os problemas e desafios escolares não são fáceis e simples de serem enfrentados e resolvidos. Soluções fáceis e simples atingem apenas a aparência do problema e não o resolvem. De nada adianta pintar madeira carunchada, pois o problema, que aparece na tinta, não é de tinta, mas de cupim. Não se resolve o problema pintando, trocando de tinta ou de pintor. É preciso acabar com o cupim, que é a raiz, a origem e o determinante do problema.

No processo de levantamento, definição e investigação do problema, os participantes visam superar a visão impressionista dos problemas e evitar que se tomem apenas soluções paliativas, como enxugar a umidade no chão da cozinha sem consertar o vazamento. Problematizar a situação exige um processo de diagnóstico, de olhar além das aparências e procurar as causas e origens dos problemas na realidade social. Muitas vezes o problema nem pode ser resolvido pela escola porque é da sociedade e de sua estrutura injusta, ou a solução depende de instâncias superiores. Quando o problema é bem diagnosticado, as decisões são mais pertinentes e relevantes para encaminhar medidas para sua efetiva solução.

A primeira grande tarefa dos participantes do Círculo de Cultura é procurar encontrar as raízes, as origens, os determinantes dos problemas encontrados, que o Conselho julga que devam ser enfrentados e resolvidos. Esta tarefa é o diagnóstico: a busca do que está por trás da aparência e que faz o problema existir e aparecer como o percebemos. Esta busca demanda o envolvimento de todos os segmentos escolares e da comunidade local, com compartilhamento co-responsável na busca. É na equipe, no conjunto dos participantes, que está a riqueza do Círculo. O Coordenador do Círculo de Cultura não dirige o grupo, que se caracteriza pela participação ativa, fundada e expressa no diálogo. Mesmo considerando as sugestões já apresentadas, é bom lembrar que não existem receitas para o diagnóstico, para a reflexão, para a proposição e para a ação nos Círculos de Cultura e nos Conselhos. Cada coletivo ou colegiado, com a ação conjunta de seus participantes, reinventa os métodos, as formas de busca e os cuidados necessários para não ser iludido pelas aparências. No momento investigativo, a situação estudada deve ser analisada com base nas observações, nos dados coletados, em documentos e outras fontes de consulta. Os conselheiros, na fase da investigação, devem coletar informações necessárias para conhecer bem o problema. Por vezes será necessário usar instrumentos para coleta de dados sobre a realidade escolar, como, por exemplo: observações, registrando as informações em diários de campo; entrevistas, anotando respostas de pessoas que têm as informações ou questionários, solicitando respostas escritas de pessoas.

b) O diagnóstico social-participativo

A ampliação e o aprofundamento da atuação do Conselho Escolar, na perspectiva do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, visam contribuir para que a escola realize um trabalho pedagógico emancipador. Para tanto, o projeto político-pedagógico deve estar centrado no estudante como sujeito de seu processo educativo, na construção de sua autonomia, na ampliação de sua liberdade responsável, de sua condição cidadã. Para contribuir neste processo, as atividades de formação dos Conselheiros deverão ter caráter democrático, co-responsável e autônomo.

A formação dos Conselheiros Escolares é um processo de formação na ação, com imediata e direta vinculação com sua atuação como Conselheiro. Por isso, o estudo nas atividades de formação emerge da prática educativa escolar e para ela volta, sobre ela reincide para melhorá-la. A gente se forma qualificando a prática social da qual se participa, no caso, ampliando a qualidade do trabalho educativo da escola para concretizar o direito de todos à educação. Por isso, os estudos e as reuniões do Círculo de Cultura devem contribuir para a melhoria da qualidade com inclusão social, produzindo impacto e contribuindo para a transformação da sociedade e da educação.

O levantamento efetivo de problemas é um processo formativo porque amplia as condições subjetivas para enfrentá-los consciente e responsavelmente.

Para que possam contribuir mais efetivamente é fundamental a formação continuada para estudantes, para profissionais e trabalhadores da educação, para pais e membros da comunidade local, nos seus grêmios, associações, sindicatos e outras organizações ou em grupos criados para esta formação.



O caráter democrático, participativo e co-responsável é inerente ao processo de formação dos Conselheiros, tanto em sua atuação como Conselheiro quanto em projetos de formação.

A ESCOLA DA VILA NOVA

Investigando problemas

*A necessidade de
cercar o problema.*

Era uma vez...

... uma escola como muitas outras. No bairro popular onde se situava, era chamada pelo nome do bairro e conhecida como A Escola da Vila Nova, embora tivesse o nome oficial de um político-coronel que mandara e desmandara na região. Viviam-se nela uma experiência contraditória. A vivacidade das crianças batia com o peso do sino, que cortava a festa da convivência. O sorriso das crianças e seu rosto alegre confrontavam-se com a falta de verde e de flores, e a espontaneidade dos estudantes contrastava com a sisudez do ambiente. A aparência das professoras contrastava com as paredes mal pintadas e pichadas. O desejo de aprender esbarrava na rotina e na reprovação. A alegria e o desejo de educar e aprender parecia que iam murchando com o passar dos dias e tanto professores quanto estudantes começavam a contagem regressiva para os fins de semana, os feriados e as férias...

Os professores preocupados tentavam alternativas e com dedicação e sacrifício buscavam soluções. Desejos, alegrias e sorrisos confrontavam-se com baixo índice de aprendizagem, com problemas disciplinares e com falta de apoio dos pais e da comunidade. O Diretor, a equipe técnica e os professores já tinham tentado diversas maneiras de resolver os problemas que atrapalhavam o trabalho



pedagógico, mas não tiveram sucesso. Trabalhavam muito isoladamente e nem sequer imaginavam convidar os pais para discutir o trabalho pedagógico.

Os pais eram chamados apenas para ouvir queixas sobre seus filhos, principalmente sobre sua falta de esforço e mau comportamento. Os pais ouviam, por exemplo, que seus filhos não aprendiam porque 'não queriam nada com nada', não faziam os deveres de casa, não se comportavam direito. Além disso, a escola lembrava dos pais apenas para fazer festas, como a festa de São João, para angariar fundos para a escola. Havia até um Conselho Escolar, que era necessário para obter recursos do governo. O Diretor indicara os membros do Conselho e nomeara o Presidente do Conselho para assinar os cheques e as prestações de contas. O Conselho nem se reunia, muito menos participava de qualquer decisão. A escola funcionava mais ou menos como a cidade e o país. Alguns mandam e decidem enquanto a maioria é explorada, submissa e dominada e as políticas sociais não funcionam para a maioria.

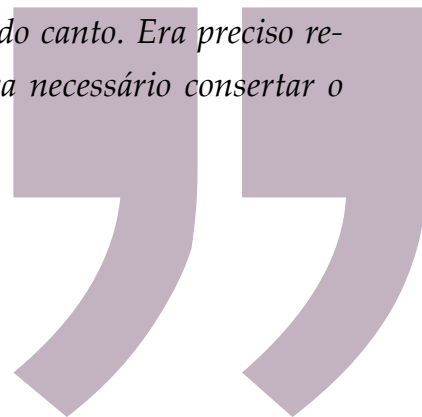
Entretanto, assim como na sociedade, nesta escola existia um movimento de democratização. As pessoas começavam a assumir sua responsabilidade cidadã. Uma experiência de trabalho coletivo começava a tomar corpo. Um grupo de professoras era entusiasta e junto com outras pessoas da escola, devagarzinho e com muita paciência e perseverança, conseguiram irradiar seu entusiasmo pelo trabalho em grupo. Um dia, com apoio do coletivo da escola, resolveram convidar os pais para, nas classes, com a professora de seus filhos, discutir o projeto político-pedagógico da escola. Não vieram muitos, mas aqueles que vieram ficaram impressionados com o assunto e, principalmente, porque os professores levavam a sério suas opiniões. Resolveram, então, fazer uma reunião geral num sábado de manhã, seguida de um almoço a preço de custo.

A reunião foi uma surpresa agradável pelo número de pais que compareceram e pelo interesse e participação deles na discussão. Depois da reunião, o Diretor e os professores foram mostrar as dependências da escola aos pais. Quando chegaram à cozinha, um pai, estranhando a umidade do piso, perguntou por que o chão da cozinha estava tão úmido. A cozinheira Maria aproveitou para contar que numa dessas manhãs rompeu-se sua rotina. Ela encontrou água no chão da cozinha. Olhou, entre curiosa e desapontada, aquela umidade inesperada. Buscou o pano de chão e cuidadosamente secou o soalho. No dia seguinte, encontrou a mesma umidade espalhada pelo chão. Enxugou o chão como no dia anterior. E assim, por diversos dias, foi enxugando o chão que encontrava molhado todas as manhãs. Resolveu contar o fato ao Diretor. O Diretor, a equipe técnica, os professores, os funcionários e alunos ficaram sabendo do fato, e até tentaram encontrar a razão da umidade. Mas, apesar disso, todas as manhãs, Maria continuava enxugando a água no chão da cozinha da escola.

Um dos pais, chamado Pedro, que era encanador, interessou-se pelo problema e se dispôs a ajudar na sua solução. Procuraram a origem

da umidade e nada encontraram. Pedro resolveu vir de manhã cedo para continuar a verificar a razão. Para sua surpresa, o chão estava molhado e a umidade aumentava. Na busca da origem do problema, descobriram que um joelho do encanamento estava rachado e que, de noite, quando deixavam um tanque cheio de água, a água vazava vagarosa e persistentemente, a ponto de deixar uma poça de água no soalho todas as manhãs.

Concluíram que não adiantava de nada Maria secar o chão todos os dias porque havia água por todo canto. Era preciso resolver o problema pela sua origem. Era necessário consertar o encanamento.



Na escola encontramos problemas de toda ordem, que emperram e ou dificultam o trabalho educativo. Entre eles, estão problemas pedagógicos, problemas de pessoal, como falta de professores ou de funcionários da escola, sua não valorização, ausências e rotinas no trabalho; problemas de estudantes, como a não aprendizagem, o desinteresse, a indisciplina, drogas; assim como problemas dos pais, como a sua não participação, a falta de consciência de sua importância no processo educativo escolar. Para enfrentar os problemas é importante a organização coletiva, a participação de todos os segmentos da comunidade escolar e a participação da comunidade local.

Além da indispensável participação dos professores, das professoras, das pessoas da equipe gestora, dos funcionários da escola e dos estudantes, a participação de membros da comunidade também é importante e indispensável para encontrar as verdadeiras razões das dificuldades e problemas da escola. O problema mais sério da escola é a não aprendizagem. A reprovação é um desafio muito sério, cuja solução deve nos mobilizar a todos.

A participação e o trabalho colegiado são necessários para enfrentar os problemas. Não basta atacar suas aparências. É preciso descobrir o que faz com que os problemas surjam, qual é sua origem, a quem interessa a existência desses problemas. Enquanto ficarmos atacando as aparências dos problemas, ficamos enxugando o chão da oficina pedagógica e não resolvemos efetivamente o problema.

2 – Tematização: reflexão e estudo

No cumprimento de sua função e da formação dos seus membros, o Conselho realiza o movimento investigativo ou diagnosticador, que trabalhamos no item anterior. Agora vamos trabalhar o movimento reflexivo ou inovador e, no próximo item, o movimento propositivo ou executor.

O que o Conselho precisa para poder definir melhor o que fazer para resolver os problemas?



As atividades relativas à atuação e à formação dos Conselheiros não se esgotam com a participação e o envolvimento dos Conselheiros na investigação do problema. Após encontrar as origens do problema é preciso, no trabalho coletivo dos participantes, encontrar alternativas para resolver o problema e definir a solução. Para cada problema existem soluções simples, fáceis e de baixo custo. Acontece que este tipo de

solução, em geral, não resolve o problema. Os problemas da vida e da educação não se resolvem no ‘chute’, com opiniões apenas fundamentadas na experiência e no senso comum. A experiência e o conhecimento construído no cotidiano são muito importantes, mas é preciso estudar e juntar outros conhecimentos, como as idéias e contribuições teóricas que se encontram em livros, como no material pedagógico-didático do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares.

A construção de uma solução demanda o estímulo à discussão coletiva, na qual se encontram e confrontam experiências e conhecimentos diferentes e se buscam outros conhecimentos já produzidos. Neste processo, os Conselheiros, desafiados pelo problema que buscam resolver, produzem conhecimento novo e, ao mesmo tempo, constroem, em si, as condições subjetivas para produção de conhecimento e para solucionar problemas.

Portanto, é importante que os membros do Conselho não caiam na tentação do ativismo, tentando resolver o problema de qualquer jeito, sem investigar e estudar. Com investigação e estudo podem ser encontradas formas mais efetivas e, muitas vezes, formas menos desgastantes e menos caras para resolver de fato o problema. Alternativas consistentes exigem fundamento teórico.

Os conhecimentos que os membros do Conselho têm, junto com os conhecimentos de outras pessoas da comunidade e dos apresentados no material do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares e em outros textos ajudarão o Conselho a encontrar alternativas para enfrentar as origens, raízes e determinantes dos problemas. E, depois de identificar diversas possibilidades e de analisar a viabilidade ou as condições reais da escola, poderão escolher a melhor alternativa possível.

A tematização, nos processos e reuniões de formação, exige que os participantes trabalhem com rigor e organizem sua formação:

- a) superando o espontaneísmo e enfrentando o problema com seriedade, pela abordagem teórico-temática; e
- b) trabalhando coletivamente, desenvolvendo atividades coordenadas por um dos membros do grupo, pela organização pedagógico-didática.

a) Abordagem teórico-temática

Aquilo que a gente pensa sobre alguma coisa não é tudo o que é possível saber sobre ela. É preciso apurar o olhar para ver bem, para descobrir como as coisas de fato são. Toda percepção tem lacunas. Cada um percebe a realidade segundo sua história de vida, seus valores e, principalmente, conforme consegue vê-la. É preciso juntar estas diferentes maneiras de ver o problema para enxergá-lo melhor e compreendê-lo. Comparando o que os diferentes membros do grupo pensam e comparando sua maneira de pensar com a teoria, com o que outros já escreveram a respeito, o grupo constrói uma explicação mais ampla e compreende melhor o problema. Por isso, para cada reunião é programado o aprofundamento temático de uma situação-problema sistematizada no momento investigativo. O processo educativo vai permitir a análise, o redimensionamento da percepção dos participantes do Círculo de Cultura sobre o tema estudado e, conseqüentemente, a produção de novos saberes.

Portanto, é muito importante este momento teórico-temático para poder decidir e propor programação de superação do problema. Não basta pensar o problema dentro dos muros da escola. Por exemplo, se a água está suja nas torneiras, de nada adiantaria limpar a caixa da água se a água já vem suja da rua. É preciso que a escola participe da luta coletiva pela limpeza da água servida a todas as casas e não só à escola. Isso significa que é preciso, também, estudar as relações sociais vigentes, o contexto histórico e sua influência sobre o problema para efetivamente enfrentá-lo.

Com base nos fundamentos teóricos e atento aos dispositivos legais, o Coordenador do Círculo de Cultura deve, para cada problema identificado durante o momento investigativo, organizar uma discussão temática e propor pelo menos uma hipótese interpretativa ou questão importante para a reflexão e o estudo do problema. Um roteiro deve orientar o Coordenador do Círculo durante a problematização. O roteiro, além de provocar o confronto de percepções entre teóricos e agentes locais, estará permitindo confirmar a hipótese interpretativa ou responder à questão formulada pelo coordenador.

b) A organização pedagógico-didática da formação

O Círculo de Cultura é organizado tendo como centro um assunto ou tema, também denominado por Paulo Freire ‘Tema Gerador’, por suas características pedagógicas. O tema deve suscitar o processo problematizador. Para introduzir a discussão temática, além do tema e do roteiro de perguntas, o coordenador deve preparar uma situação provocativa. Podem ser usados diversos recursos como, por exemplo, um cartaz, uma dramatização, uma canção, um gráfico ou uma fotografia. Importa lembrar que o uso de qualquer um destes meios só faz sentido se contiver elementos da realidade a ser tematizada. Por exemplo, para trabalhar a motivação da participação pode ser usado um trecho de uma reportagem sobre as ‘Diretas Já’ ou de um movimento popular.

Para assegurar uma boa dinâmica é aconselhável organizar grupos com número reduzido de participantes. Sugere-se que, se forem mais de 30 interessados, organizem-se dois grupos. Para favorecer a participação de todos sugere-se que os participantes sejam organizados em ambiente de estudo com cadeiras dispostas em círculo. Esse cuidado é importante, ele faz fluir a comunicação. É importante, também, nunca insistir em jornadas prolongadas e estafantes. Por tratar-se de uma atividade reflexiva, o cansaço mental poderá desmobilizar os participantes e prejudicar a discussão.

O Coordenador do Círculo não ensina, não dá respostas prontas, funciona como mediador, estimulando o coletivo na busca de argumentos. Para tanto, ele faz perguntas, questionamentos e indagações; transforma afirmações categóricas em perguntas, devolvendo-as ao grupo. Seu propósito não é difundir conhecimentos, é coordenar a descoberta, o desvendamento, a desocultação e a produção coletiva de saberes. O coordenador participa do processo de uma formação comprometida com a posição política em defesa da educação emancipadora para melhor desempenhar sua própria função.

No processo de discussão surgirão conflitos e contradições. Posições diferentes, divergências, conflitos e contradições nascem de histórias de vida diferentes e de interesses sociais diferentes. Trazê-los à tona e trabalhá-los em reuniões de formação é muito importante, porque provocam o grupo a pensar

e a agir realmente no enfrentamento destes problemas. Trabalhar no coletivo as divergências e conflitos é indispensável para a formação dos participantes como sujeitos autônomos e solidários na construção de uma formação pessoal e coletiva, de uma educação de qualidade e de uma sociedade justa. Em alguns momentos pode haver, consciente ou inconscientemente, um movimento de ocultação das diferenças, divergências e conflitos. Nesses momentos, o Coordenador age como um formulador das contradições. O Coordenador, em todas as suas intervenções, deve agir como um animador do diálogo e agente da construção do coletivo, estimulando a participação de todos.



*Para resolver os problemas não basta esforço
e boa vontade, é preciso muita DISCUSSÃO
COLETIVA, REFLEXÃO E ESTUDO.*

A ESCOLA DA VILA NOVA

Enfrentando problemas

*A necessidade de descobrir
as razões e contextualizar o
problema.*

Era uma vez...

...uma situação-problema do menino da sandália. Numa sala de aula da Escola da Vila Nova, Rodrigo teve uma de suas sandálias despedaçada pelos colegas de turma. Suas sandálias eram frágeis e estavam desgastadas pelo uso. Rodrigo irritou-se e reagiu, o que provocou um pequeno tumulto durante a aula. A professora, preocupada com o conflito, levou o caso para a equipe gestora da escola. Esta atribuiu toda responsabilidade pelo incidente ao menino da sandália porque ele não cumprira a norma da escola, cujo regimento obrigava o uso de uniforme de cor azul e tênis de cor branca. Decidiram pelo afastamento do estudante, informando que só poderia voltar à escola quando estivesse com a vestimenta exigida.

Na reunião do Conselho, quando o problema estava na pauta, um Conselheiro ponderou que o trabalho do Conselho estava se tornando cada vez mais complexo. Outro Conselheiro lembrou que eles mesmos, como membros do Conselho, estavam crescendo na participação e assumindo cada vez mais responsabilidades de gestão pedagógica para, junto com a equipe gestora e toda a comunidade escolar, construírem uma educação de qualidade para todos. Diante dessas ponderações, outro Conselheiro sugeriu que fizessem um curso de formação para que sua prática fosse mais efetiva e tivesse mais força.

Em resumo, resolveram que fariam um estudo de formação. Para este estudo, os representantes de cada segmento da comunidade esco-

lar e os representantes da comunidade local ficaram de, em reunião com aqueles que representam, buscarem mais interessados em participar deste estudo. Francisco, que conhecia a metodologia dos Círculos de Cultura de Paulo Freire, ficou com a responsabilidade de coordenar os trabalhos. Todos ficaram de pensar, conversar com colegas e, se possível, ler alguma coisa que pudesse ajudar a entender o problema. José, que tem computador em casa, ficou de fazer uma pesquisa na internet.

No dia da reunião, o Coordenador organizara as cadeiras pondo-as em círculo. Após os participantes se acomodarem, o Coordenador apresentou um cartaz que preparara para abrir a sessão. O cartaz tinha no alto a fotografia do menino, em casa, triste, calçando nos pés apenas uma sandália. Logo abaixo havia duas fotos, uma da casa e da vizinhança pobre onde o menino morava e outra da mãe com os filhos, todos com roupas limpas, muito simples e com os pés descalços. Embaixo estava uma figura grande de uma fábrica fechada.

Os participantes que estavam sentados ficaram curiosos, levantaram-se e fizeram comentários diversos sobre o que viam no cartaz. Após esta troca de idéias, o Coordenador Francisco convidou a todos para sentarem no Círculo. Para coordenar os trabalhos ele preparara um 'roteiro do coordenador'. Com informações obtidas em visitas à Vila e à família e com buscas de explicação em textos, fez a seguinte lista de questões:

- 1) O que estamos vendo no cartaz?
- 2) Que motivos levaram Rodrigo a se irritar e reagir? Notaram que está com a roupa que vestia na escola e com uma só sandália?
- 3) Qual a diferença para a aprendizagem entre esta vestimenta e o uniforme?
- 4) Foram analisados os motivos que o impediram de usar o uniforme?
- 5) E a fábrica fechada? Há mais fábricas nesta situação na redondeza? Há desemprego? Há algum programa de assistência ao educando que tem seu pai desempregado? Pode uma família vítima do desemprego manter seu filho com uniforme exigido pela nossa escola?
- 6) Qual a consequência para o estudante que deixa de freqüentar as aulas? O que os cadernos do programa e outros textos dizem sobre o assunto?
- 7) Deve a equipe gestora contrariar as normas da escola, respeitando o direito do Rodrigo à educação? É boa esta norma que impede o estudante

de ter acesso à escola sem uniforme completo?

8) O que pode ser feito para, em curto prazo, resolver o problema de Rodrigo e de outros estudantes com problema parecido?

9) Qual a gênese do desemprego na nossa sociedade?

10) Que solução mais estrutural, para enfrentar o problema do desemprego e da pobreza, se poderia propor?

11) Que importância tem a organização dos trabalhadores para resolver tal situação?

12) Que lições nos dá a experiência de cooperativismo, que levou ex-empregados a retomarem o pleno funcionamento de uma fábrica?

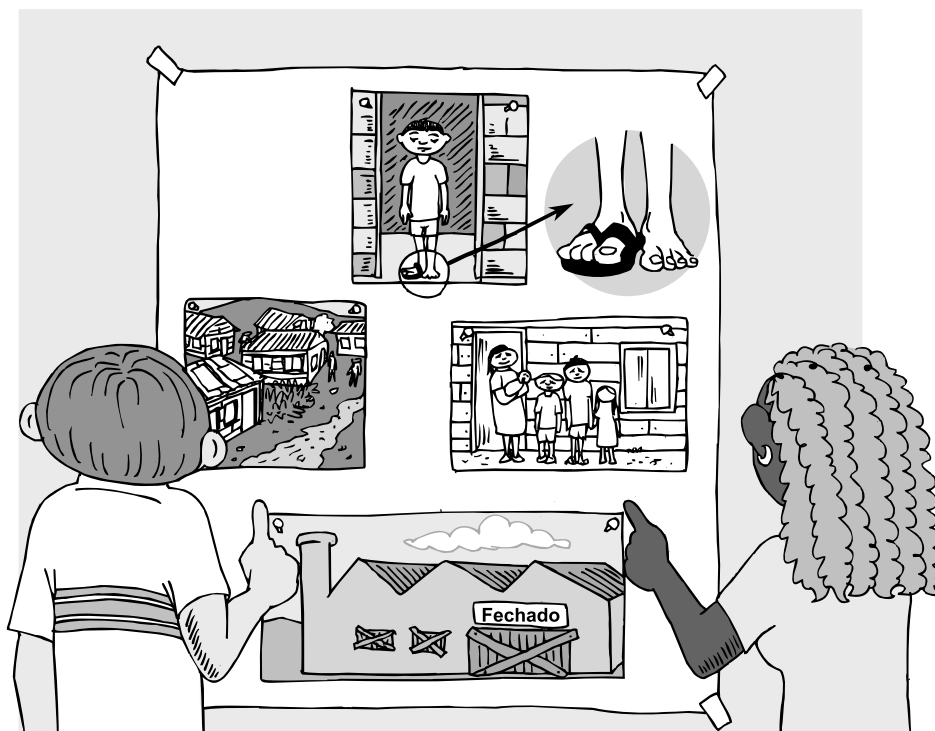
A discussão coletiva teve uma participação ativa de todos. Francisco foi muito feliz no trabalho de Coordenador, incentivando a todos e moderando os debates. Após este se debruçar coletivo sobre o problema, na discussão coletiva, com muito estudo e reflexão, descobriram motivos que levaram o estudante a vir sem uniforme e a reagir como reagiu diante da agressão dos colegas, que despedaçaram sua sandália.

Com as informações trazidas pelos que visitaram a Vila e a família e conversaram com os pais souberam que os pais estavam desempregados há dois anos. O curtume da cidade, no qual trabalhavam, estava fechado devido à crise financeira. Os ex-empregados esperavam uma solução, que sempre era adiada. Enquanto esperavam, faziam pequenos biscates.

José, na sua navegação na internet, descobriu uma experiência cooperativista que levou ex-empregados a assumirem, após negociação com os proprietários da empresa, a gestão daquele empreendimento e, conseqüentemente, oportunizando o retorno de todos à sua ocupação profissional. Nos textos desta experiência constava que a idéia da criação da cooperativa tinha surgido numa sala de aula de educação de jovens e adultos, quando o professor e os estudantes analisavam o contexto socioeconômico local.

No final, avaliaram o processo de formação vivido no estudo deste caso. Chegaram a várias conclusões sobre sua própria formação, como:

- *não dá para se deixar levar pelas primeiras impressões porque estudando no coletivo entende-se muito melhor o problema,*



mudando muito as impressões que se tem sem estudá-lo, sem refletir em conjunto;

- *nesta sessão de estudo aprenderam a agir com mais competência no enfrentamento dos problemas não só da escola, mas também da comunidade e da família;*
- *uma formação centrada num problema concreto é muito melhor do que formações limitadas a estudo de textos, porque articula teoria com prática e não se limita a melhorar o discurso sem mudar a prática;*
- *textos, como os cadernos e outros são muito importantes, mas seu valor principal está na ajuda que oferecem para entender a realidade e transformá-la.*

Muitas outras contribuições na formação foram apresentadas e todos saíram mais humanos e melhores Conselheiros deste processo.

3 – Intervenção: programação e prática

Como vimos nos itens 1 e 2 desta segunda parte, o Conselho, tanto na sua atuação concreta, quanto nos processos de sua formação, realiza, primeiro, o movimento investigativo ou diagnosticador e, depois, o movimento reflexivo ou inovador. Neste item 3 do processo de formação vamos trabalhar o movimento propositivo ou executor.

Como construir propostas de solução para os problemas e como pôr em prática uma alternativa?



De nada adianta diagnosticar o problema, suas origens e determinantes e encontrar suas vinculações com o contexto social e histórico se não forem identificadas alternativas de solução e se não se puser em prática uma alternativa, elaborando, executando e avaliando uma proposta de ação ou uma proposta de encaminhamento para as

instâncias competentes. O princípio da democracia participativa implica colaboração, co-responsabilidade e solidariedade na descoberta do problema, na busca da solução e na execução da alternativa de superação do problema ou de encaminhamentos para sua solução.

No terceiro movimento ou fase do processo de formação, importa desenvolver atividades coletivas de uma proposta de ação para enfrentar o problema. Esta proposta pode ser um plano de ação, com as atividades para resolver o problema, ou pode ser uma proposta para encaminhar soluções se a escola não tiver autonomia para resolver o problema.

No movimento de programação da intervenção, o Conselho, tanto para sua prática na gestão da escola, quanto para sua própria formação, define um projeto, sua execução e sua avaliação. Portanto, o Conselho:

- a) constrói uma programação, descobrindo caminhos e pistas de solução ou alternativas de intervenção, pela definição e elaboração de um projeto de ação; e
- b) define o acompanhamento das atividades do projeto de ação e da eficácia do projeto na solução do problema, pela execução e a avaliação do projeto.

a) A definição e a elaboração de um projeto de ação

Para a definição de um projeto é preciso que se tenha diagnosticado os problemas, descoberto os mais importantes e suas origens e seus determinantes. O primeiro e o segundo movimento tiveram o objetivo de definir o problema prioritário e tematizá-lo. Inicialmente, pelo diagnóstico e investigação, identificou-se a situação-problema cujo enfrentamento mais contribui para a melhoria da proposta pedagógica da escola e do trabalho educativo escolar. Depois, de forma coletiva, solidária e co-responsável, superou-se o espontaneísmo e a visão superficial, que se perde nas aparências, e ampliou-se e aprofundou-se o conhecimento da situação-problema. Neste terceiro movimento importa encontrar caminhos ou alternativas de solução.

Nesta busca, muitas vezes, é preciso parar as reuniões gerais porque as contribuições podem se tornar repetitivas e, até, as intervenções dos participantes podem fugir do assunto. É fundamental construir subsídios, elementos mais

pensados e estudados para avançar as discussões. Uma forma de elaborar os subsídios é definir alguns assuntos ou tópicos e distribuir o grupo em pequenos grupos, em duplas ou, até, atribuir a cada um uma tarefa de escrever sugestões para a solução do problema. Com base nessas sugestões, que são subsídios para a elaboração coletiva de propostas de solução, escreve-se uma síntese melhorada pelo debate em plenário do Conselho.

Na definição do projeto, de sua execução e avaliação importa estar atento à viabilidade. Tudo na vida tem limites e constrangimentos, como, também, possibilidades e recursos. O Conselho Escolar não conseguirá pôr em prática todo seu sonho ou tudo o que considerar necessário. Os sonhos, que impulsionam a história, são sempre maiores do que a prática. Enquanto formos sujeitos históricos, reinventamos nossos sonhos na medida em que concretizamos os anteriores. A tragédia humana não está em não conseguir transformar completamente seus sonhos em realidade; a verdadeira tragédia humana seria a realidade ser tal que não permitisse mais sonhar.

Na definição do projeto de ação é preciso levar em conta os limites e constrangimentos, assim como as possibilidades e recursos. As propostas precisam ser analisadas com rigor, principalmente com relação aos recursos materiais e ao pessoal necessário para pô-las em prática. A programação das ações exige que se pense na viabilidade de sua execução, em amplo diálogo e articulação com a equipe gestora da escola.

Vale ressaltar que o Conselho é uma instância da gestão e a solução dos problemas é do coletivo amplo da escola, que inclui a comunidade local. É fundamental buscar a participação de toda a comunidade em assembléia ou reunião geral. Nessas reuniões, não basta informar a comunidade escolar e local. Dependendo da importância ou gravidade do problema, esta participação inclui a contribuição na elaboração da proposta e na decisão sobre todo o projeto.

b) A execução e a avaliação do projeto

O sucesso de qualquer projeto, mesmo que muito bem elaborado, depende de sua execução e de sua avaliação e reprogramação durante seu desenvolvi-

mento. No caso de uma proposta para melhorar a prática educativa escolar, esta execução e, principalmente, o acompanhamento e a avaliação são processos coletivos. O controle público da coisa pública da educação é a única garantia de sua legitimidade. Por mais bem intencionado que alguém ou um grupo seja, não tem legitimidade para decidir sobre o público. A proposta de democracia participativa exige que cada cidadão cumpra seu direito e dever de governar, participando da definição dos destinos de sua vida, sua cidade, seu estado, seu país e do mundo inteiro. O trato da coisa pública exige a legitimidade do público.

Portanto, o Conselho, em articulação com a equipe gestora e com a assembléia escolar, deve construir instrumentos e mecanismos que garantam o direito e o dever do exercício do controle público sobre os projetos. O bairro ou a vila, a cidade ou o município, a região ou o estado, o país tem direito ao acesso ao que se faz em educação. Além da comunidade escolar, a população, principalmente do entorno da escola, os pais e a comunidade local precisam ser envolvidos nos processo de avaliação e reprogramação das ações. Para tanto, a execução do projeto necessita de uma estrutura de acompanhamento, para permitir ou garantir que a população possa participar da sua avaliação.

Esta estrutura contempla a permanente e sistemática crítica dos executores diretos do projeto: a equipe gestora da escola, os professores, os funcionários da escola e os estudantes. Além dos executores diretos deve contemplar, também, os pais e a comunidade local. O estágio do desenvolvimento do projeto e o resultado da avaliação dos executores diretos devem ser apresentados e discutidos com a população. Reuniões com setores da comunidade local, com os pais, com representantes de organizações da sociedade civil etc., assim como periódicas reuniões gerais, com ampla divulgação são instrumentos úteis para o trabalho da comunidade no controle público da coisa pública da educação. Instrumentos como estes são muito importantes para oportunizar o acompanhamento e a contribuição da comunidade local na construção de uma educação pública, universal e de qualidade socialmente referenciada.



É preciso organizar-se e organizar a mobilização.

A mobilização, a definição das tarefas, a atribuição de responsabilidades, o empenho e a co-responsabilidade são indispensáveis para a solução dos problemas.

A ESCOLA DA VILA NOVA

Construindo o futuro

*Homenagem à busca coletiva
e à união que faz história.*

Era uma vez...

...uma escola que assumiu a construção do seu futuro. A Escola da Vila Nova, que, com a comunidade, acabou com o problema da água na cozinha, resolveu ativar todos os interessados para reinventar a escola e terminar com problemas crônicos muito mais sérios do que a umidade no chão da cozinha que a Maria secava todas as manhãs.

O diretor e o pessoal da escola, professores e trabalhadores não docentes, ficaram muito satisfeitos porque não agüentavam mais serem os culpados de tudo de ruim que acontecia e que não estavam conseguindo resolver. Era preciso enfrentar o problema da rotina e da reprovação. Com base na experiência da reunião bem-sucedida sobre o trabalho educativo escolar, quando resolveram, inclusive o problema da umidade na cozinha da escola, resolveram fazer reuniões periódicas. Nessas reuniões, descobriram que o Conselho Escolar estava se tornando uma instância decisiva para coordenar a reinvenção da Escola da Vila Nova.

Qualquer problema passou a ser objeto de discussão, de estudo e de busca de alternativas de solução. Quando não conseguiam resolver o problema, buscavam apoio de outras organizações ou pessoas da comunidade e do governo. Quando o problema exigia

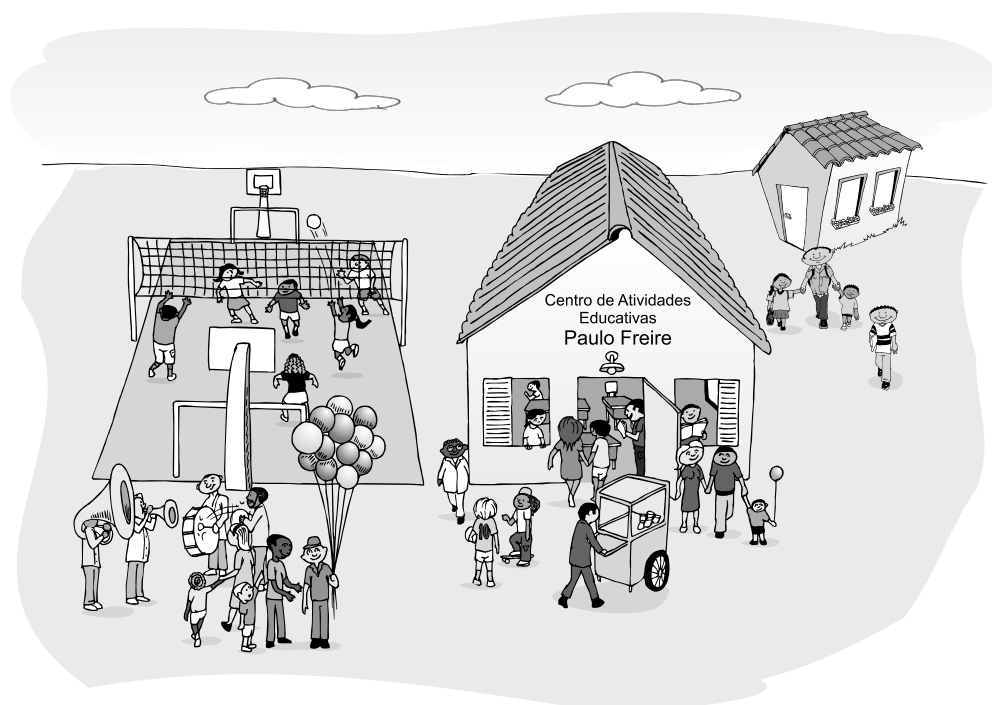
intervenção do governo, organizavam projetos e documentos, visitas a autoridades e ao Legislativo para pressionar a solução.

Nas reuniões e nos grupos de estudo sempre surgia alguém com alguma idéia para resolver o problema. O grupo analisava a proposta, estudava sua viabilidade e tentava melhorá-la. Muitas vezes, convocavam e organizavam reuniões gerais, convidando todos os pais dos estudantes da escola, as organizações e lideranças da vila e divulgavam o convite em bares, armazéns, pontos de ônibus e, até, na missa e nos cultos, e no rádio que a vila ouvia.

Um dos problemas mais sérios que a comunidade escolar e local está enfrentando é o problema da reprovação. Conseguiram enormes avanços. Na prática somente não estão sabendo como lidar com alguns estudantes que são portadores de necessidades especiais. Os demais estão conseguindo atingir os objetivos de cada ano de estudo. Uma das iniciativas decisivas para este sucesso foi a mudança que ocorreu no jeito de avaliar a aprendizagem. A avaliação era um mecanismo de opressão, de poder dos professores sobre os estudantes. Era um mecanismo de ameaça, de pôr medo, como um torniquete opressor que obrigava os estudantes a fazer o que os professores queriam.

Pensando junto, estudando e buscando alternativas, discutindo em várias assembleias, num processo coordenado pelo Conselho Escolar, este conceito foi sendo superado. A avaliação de 'vigiar e punir' foi se transformando em instrumento de melhoria do processo. Hoje, a avaliação é uma festa, na qual se celebra o que se aprendeu e um instrumento para descobrir o que precisa ser feito para que os estudantes, professores e todos os envolvidos no processo educativo escolar aprendam ainda mais e melhor. Assim como o artista, o agricultor jardineiro contempla com alegria sua colheita, na escola se colhe o resultado do trabalho e a avaliação é a 'festa da aprendizagem'.

A escola foi se tornando um lugar onde todos aprendiam, não só os estudantes e os professores. A comunidade local foi percebendo



que a escola não era do governo, mas era da comunidade. Eles é que pagavam, através dos pesados impostos e encargos sociais. Eles é que faziam a escola. Junto com os estudantes e professores elaboravam e avaliavam o projeto político-pedagógico, ajudavam na gestão da escola em todos os aspectos.

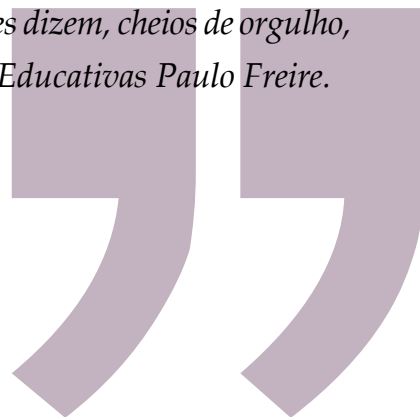
Aos poucos, foram usando o espaço e os recursos da escola para sua própria formação. Organizavam palestras, grupos de estudo, faziam teatro, aprendiam cantos e tocavam instrumentos musicais, usavam a internet e os computadores. A escola era utilizada à noite e nos fins de semana tanto ou até mais do que nos períodos letivos de ensino para as crianças e adolescentes nela matriculados.

Outra grande iniciativa, que a comunidade escolar e local muito prezam, foi o movimento para trocar o nome da escola. A Escola da Vila Nova tinha um nome que ninguém na vila usava porque lembrava tempos duros de repressão e ditadura. O nome da escola lembrava um coronel local que mandara e desmandara na vila, concretizando as relações de dominação política e opressão ideológica,

sustentando a exploração econômica. Como os participantes do processo educativo escolar aprenderam outras formas de relacionamento, utilizando material de apoio do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares e, principalmente, textos e livros do educador brasileiro Paulo Freire, eles resolveram, em assembléia geral, mudar o nome da escola para Centro de Atividades Educativas Paulo Freire. O espaço escolar não era apenas escola para os estudantes.

Tinha se tornado um Centro onde todos aprendiam. Não foi nada fácil conseguir mudar o nome da escola, mas o movimento e a pressão da comunidade local e escolar, e o grande sucesso que estavam tendo no trabalho pedagógico, que tornou a escola referência para toda a rede de ensino, fizeram com que as autoridades acabassem se convencendo que a comunidade tinha razão e concordaram com o novo nome para a escola.

A comunidade local, os pais, a equipe gestora, os professores, os trabalhadores não docentes e os estudantes dizem, cheios de orgulho, que aprendem no Centro de Atividades Educativas Paulo Freire.



Conclusão

A participação coletiva do Conselho visa à qualidade social do trabalho educativo. Um Conselho Escolar não é a mera presença de várias pessoas em reuniões, mas um coletivo que se forma no trabalho conjunto, na construção histórica de uma educação de qualidade socialmente referenciada. Trata-se de uma luta concreta para construir a escola que queremos e precisamos, na situação real da escola que temos. É trabalhar com os pés no chão e a cabeça nas estrelas.

De um lado, trata-se de um processo coletivo, concreto e real. É uma presença crítica, co-responsável e militante no campo de lutas sociais, no qual interesses diferentes e até opostos estão em jogo.

De outro lado, a atuação colegiada dos Conselheiros Escolares é a concretização de um sonho. É uma prática que rompe e enfrenta as regras de exploração, dominação e opressão que sustentam uma estrutura social injusta e desumana. O Conselho é um coletivo que constitui um instrumento e um meio no amplo processo de luta contra os interesses da lógica do capital, que subjuga as pessoas e as consome na sua voracidade devastadora.

Nesta prática, os Conselheiros Escolares estão em processo permanente de formação, tanto como pessoas, quanto como agentes da gestão escolar, membros do Conselho. Buscando e definindo problemas, estudando e decidindo, os participantes produzem conhecimentos e projetos necessários para ações para a transformação. Neste processo, os participantes forjam a si mesmos num processo permanente de formação continuada. Além desta formação no cotidiano de sua atuação como Conselheiros, a complexidade e a relevância de sua função exigem que os Conselheiros se organizem coletivamente e elaborem e participem de projetos objetivando sua própria formação.

Para os projetos e reuniões específicos de formação, este texto apresentou sugestões de procedimentos metodológicos. Dois princípios sustentam toda a

orientação metodológica: a metodologia compartilhada e a vinculação direta com a prática do Conselho.

1) A metodologia compartilhada significa a necessária co-responsabilidade e solidariedade de cada participante e o respeito e confronto de posições diferentes, como propõe a metodologia do Círculo de Cultura, de Paulo Freire;

2) A vinculação com o concreto da prática significa que as temáticas e as situações-problema, no processo de formação, sejam da própria escola, uma vez que um Conselheiro se forma qualificando o trabalho pedagógico da escola.

Para a atuação e para a formação dos Conselheiros não há modelos, receitas ou padrões que possam ser pré-definidos. Por isso, este texto oferece apenas sugestões, subsídios e indica possíveis procedimentos metodológicos para a definição pelos sujeitos autores e atores de sua própria formação. Os processos de formação devem ser construídos autonomamente. São as pessoas que se formam que, de fato e legitimamente, planejam, decidem, realizam e avaliam seus processos de formação.

Portanto, estas orientações metodológicas não são normativas nem constituem definição de procedimentos a serem seguidos. Elas têm como objetivo oferecer subsídios e sugestões para que cada grupo, autonomamente, na busca de sua formação continuada, defina sua caminhada, seu processo de construir-se sujeito coletivo mais efetivo na construção da história, em especial, da história da educação de qualidade social, contribuindo no processo amplo de democratização da sociedade e de emancipação humana.

Referências

AGUIAR, Márcia Ângela da Silva et al. Conselhos Escolares e o aproveitamento significativo do tempo pedagógico. Brasília, MEC/SEB/CAFISE, 2004. (Cadernos do Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, nº 4).

ARAÚJO, Ulisses F. Assembléia escolar: um caminho para resolução de conflitos. São Paulo: Moderna, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é o método Paulo Freire. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos, nº 64).

DOURADO, Luiz Fernandes et al. Conselhos Escolares e a gestão democrática da escola e a escolha do diretor. Brasília, MEC/SEB/CAFISE, 2004. (Cadernos do Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, nº 5).

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 25ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. Pedagogia do oprimido. 35ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. Educação como prática de liberdade. 23ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GRACINDO, Regina Vinhaes et al. Conselhos Escolares e a aprendizagem na escola. Brasília, MEC/SEB/CAFISE, 2004. (Cadernos do Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, nº 2).

NAVARRO, Ignez Pinto et al. Conselhos Escolares e a democratização da escola e a construção da cidadania. Brasília, MEC/SEB/CAFISE, 2004. (Cadernos do

Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, nº 1).

PINTO, João Bosco. La investigación-acción. Manizales: Universidad de Caldas, Colômbia, 1987.

WITTMANN, Lauro Carlos. Gestão democrática do trabalho pedagógico. Curitiba: IBPEX, 2004.

_____. Práticas em gestão escolar. Curitiba: IBPEX, 2004.

WITTMANN, Lauro Carlos et alii. Conselhos Escolares e o respeito e a valorização do saber discente e da cultura da comunidade. Brasília, MEC/SEB/CAFISE, 2004. (Cadernos do Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, nº 3).

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino

Coordenação-Geral de Articulação e Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino

Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Sala 514 – Edifício-Sede

CEP 70047-901 – Brasília/DF

Telefones: (61) 2104-8666 / 2104-9284 - Fax: (61) 2104-8337

e-mail: conselhoescolar@mec.gov.br